

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CÂMPUS DO PANTANAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL**

**CRISTIANE MARIA DE JESUS GARCIA**

**“CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”: CURRÍCULO E PEDAGOGIA  
CULTURAL SEGUNDO MORADORAS DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

**CORUMBÁ  
2023**

**CRISTIANE MARIA DE JESUS GARCIA**

**“CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”: CURRÍCULO E  
PEDAGOGIA CULTURAL SEGUNDO MORADORAS DA FRONTEIRA  
BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Educação do Câmpus do Pantanal da  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Área de  
concentração: Educação Social.

Linha de pesquisa: Gênero e sexualidades, cultura,  
educação e saúde.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Duque

CORUMBÁ  
2023

**CRISTIANE MARIA DE JESUS GARCIA**

**“CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”: CURRÍCULO E  
PEDAGOGIA CULTURAL SEGUNDO MORADORAS DA FRONTEIRA  
BRASIL-BOLÍVIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Tiago Duque – UFMS (Presidente)

Profa. Dra. Josiane Peres Gonçalves - UFMS (Membro Titular Interno)

Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira - UFGD (Membro Titular Externo)

Profa. Dra. Isabella Fernanda Ferreira - UFMS (Suplente Interno)

Prof. Dr. Clayton da Silva Barcelos - UFOB (Suplente Externo)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa pesquisa a minha mãe Rosa Maria de Jesus, mãe solo, mulher de fibra e empoderada. Apesar das lutas diárias, nunca deixou de sorrir e ter fé. Mesmo sendo analfabeta, sempre me incentivou a estudar, pois acreditava que através da educação poderíamos ter melhores condições de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida, saúde e bênçãos diárias.

Agradeço a minha mãe pela minha vida, por me orientar e educar, por ser a minha maior incentivadora em estudar.

Agradeço ao meu filho Isaac de Jesus Garcia, por ser paciente com as minhas ausências, com o pouco tempo que tivemos de lazer durante o processo de estudo, e pelos lanches feitos com carinho.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs Sônia R. Nascimento M. Rodrigues, Benísio Rodrigues do Nascimento, Sandra Rodrigues do Nascimento, Luiz Braz Rodrigues do Nascimento, Eli Ale de Jesus e Carlos Alexandre de Jesus Chaves pelos incentivos e orações.

Agradeço ao apoio, paciência, e principalmente pelas provocações e caminhos proporcionados pelo meu querido orientador professor Dr. Tiago Duque, que me levaram a desenvolver e conduzir a pesquisa. Sem ele com certeza eu não teria chegado até aqui;

Agradeço as mulheres/moradoras, entrevistadas que participaram da pesquisa contribuindo com as suas vivências e percepções.

Agradeço aos amigos que fiz no programa de mestrado que estiveram comigo nessa caminhada compartilhando, a aprendizagem, conquistas, dúvidas, medos e ansiedades. Apesar da distância geográfica, sempre dispostos a me ouvir e compartilhar as nossas experiências e considerações, em especial ao Hugo Augusto Turaça e Otávio Henrique Rodrigues dos Santos que tornaram a caminhada no mestrado mais tranquila.

Agradeço aos meus compadres Vivianne Eilers e Alexandre Ramos Ohara pelos incentivos, estímulos para que eu fizesse o mestrado.

Agradeço a minha amiga Fabiciana Mendes Fonseca, por sempre ter um tempinho para ler, corrigir, e ouvir os meus pensamentos junto a minha pesquisa, e principalmente por me encorajar a terminar a dissertação nos momentos em que pensei em desistir.

Agradeço a essas pessoas amigas, que sempre estiveram do meu lado me apoiando em todos os sentidos da minha vida, Zilda Lobo de Moura, Gleice Aparecida Pinheiro, Adnilce Gonzaga, Leonice Maria Silva, Leandro Basualdo, Dionísio Arrua Garcia Filho, Deborah Joyce Trivelato, Jéssica Kétilin Azarias, Danielle Sales da Silva e Karina Duarte.

Agradeço aos amigos e amigas professores, profissionais competentes que fizeram parte do meu dia a dia nas escolas durante os estudos no mestrado, pelo colo, carinho, apoio com as minhas turmas de estudantes quando precisei e estímulos diários

para me tornar professora Mestre! Grata, Cleves Sena, Susan Alexandra Ojeda Salles, Flávia Márcia Gomes da Cunha, Franklin Cortez Fernandes Timoteo, Gisele Rodrigues, Jessíca Pimenta da Silva Victório, Larissa Mosciaro Faria, Ledilene S. Alves, Leucilene Regis do Nascimento, Lourival Monteiro de Moraes, Romário Gabriel Crisostomo de Oliveira, Sander Brandão, Rosiele Cristiane da Silva. Vocês são maravilhosos e maravilhosas!

Agradeço a meu namorado Leonardo Menacho da Silva, pelo carinho, apoio diário, incentivos, e principalmente por estar ao lado nos meus momentos de angústias e incertezas, sendo paciente e incentivador.

Agradeço ao meu psicólogo Rodrigo Vargas Miranda, pelas nossas sessões, onde me ajudaram a conhecer e identificar melhor os meus sentimentos, a olhar para mim com carinho, ajudando a diminuir a minha ansiedade, a me ajudar buscando novos caminhos para terminar a minha pesquisa. Grata por tudo!

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação Social do Campus do Pantanal, pela mediação de conhecimento, possibilitando ampliar a aprendizagem e desenvolver a pesquisa.

Por fim, agradeço às professoras da banca de qualificação e defesa por terem aceitado fazer parte desse processo formativo e pelas contribuições para minha dissertação.

## RESUMO

A violência contra a mulher é um grave problema social e global que afeta mulheres de todas as idades, raças, religiões e classes sociais. Ela pode ocorrer em diferentes formas, contextos de acordo com a dinâmica da relação entre casais. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o currículo e a pedagogia cultural do artefato “Ciclo de Violência Contra a Mulher”, segundo moradoras da fronteira Brasil-Bolívia. Refere-se a um estudo qualitativo com roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com seis mulheres do município de Corumbá e Ladário. Na introdução, apresenta-se uma breve consideração sobre a violência contra a mulher. No segundo capítulo, apresenta-se a revisão de literatura. No terceiro capítulo, expõe-se o referencial teórico e a metodologia, com apontamento das relações entre a pesquisadora e a apresentação das interlocutoras. No quarto capítulo, discute-se o artefato, a Lei Maria da Penha, as fases do “Ciclo”, o currículo e pedagogia produzidas pelo artefato. Conclui-se que o artefato do Ciclo da Violência tem currículo e pedagogia cultural, no que se refere a violência contra a mulher, relacionada as relações de poder entre as mulheres e homens.

**Palavras-chave:** Artefato; Ciclo de Violência contra a mulher; Currículo; Pedagogia Cultural.

## ABSTRAT

Violence against women is a serious social and global problem that affects women of all ages, races, religions, and social classes. It can occur in different ways, contexts according to the dynamics of the relationship between couples. This research aims to analyze the curriculum and cultural pedagogy of the artifact “Cycle of Violence Against Women”, according to residents of the Brazil-Bolivia border. It refers to a qualitative study with a semi-structured interview script. The interviews were carried out with six women from the municipality of Corumbá and Ladário. The introduction presents a brief consideration on violence against women. In the second chapter, the literature review is presented. In the third chapter, the theoretical framework and methodology are exposed, with notes on the relationships between the researcher and the presentation of the interlocutors. In the fourth chapter, the artifact, the Maria da Penha Law, the phases of the “Cycle”, the curriculum and pedagogy produced by the artifact are discussed. It is concluded that the artifact of the Cycle of Violence has a curriculum and cultural pedagogy, in terms of violence against women, related to power relations between women and men.

**Keywords:** Artifact; Cycle of Violence against women; Curriculum; Cultural Pedagogy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ANPEd** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- B.O** - Boletim de Ocorrência
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPAN** – Campus do Pantanal
- CRAM** – Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência.
- DAM** – Delegacia da Mulher
- ICO** - Centro Universitário Vale do Salgado
- IFSC** - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
- MS** - Mato Grosso do Sul
- PPGE** - Programa de Pós-Graduação em Educação
- PUC** – Pontifícia Universidade Católica
- SciELO** – Scientific Electronic Library
- SEDHAST** - Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho
- SPM-PR** - Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- UFPE** - Universidade Federal de Pernambuco
- UFPR** - Universidade Federal do Paraná UFRB
- UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFRS** - Universidade Federal do Rio Grande
- UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,
- UNICENTRO** - Universidade Estadual do Centro Oeste
- USP** - Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURA

Figura 01. Fases do Ciclo da Violência contra a Mulher .....	34
Figura 02. Ciclo da Violência Contra a Mulher .....	34
Figura 03. Cartilha.....	43
Figura 04. Fases Ciclo da Violência contra a Mulher .....	50
Figura 05. Desenho Aula Ministrada.....	66
Figura 06. Desenho da Aula Ministrada.....	67
Figura 07. Desenho de Joana .....	68
Figura 08. Desenho de Renata .....	70
Figura 09. Desenho de Francisca .....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descritores.....	20
Quadro 2. Trabalhos selecionados da ANPEd.....	22
Quadro 3. Pesquisas selecionadas da Scielo.....	26
Quadro 4. Trabalhos CAPES.....	29
Quadro 5. Trabalhos UFMS/CPAN.....	30
Quadro 6: Dados pessoais das entrevistadas.....	38
Quadro 7. Conhece o “Ciclo da Violência contra a Mulher”? .....	41

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. ACHADOS TEÓRICOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação.....	21
2.2 SCIELO – Scientific Electronic Library Online.....	23
2.3 Portal de teses e dissertações da CAPES.....	27
2.4 Dissertações dos Programas de Pós-graduação em Educação e Estudos Fronteiriços da UFMS CPAN.....	30
<b>3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>33</b>
<b>4. O ARTEFATO “CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” E A SUA PRODUÇÃO CURRÍCULO-PEDAGÓGICA .....</b>	<b>45</b>
4.1 Do Artefato.....	45
4.2 Do Currículo.....	55
4.3 Da Pedagogia.....	62
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>78</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte do curso de Mestrado em Educação do Programa Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal (CPAN), ligado ao Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (UFMS/CNPq). Ela trata da violência contra a mulher, visto que não é um fenômeno isolado, mas está enraizada em contextos históricos, culturais e estruturais mais amplos. Portanto, a análise da violência deve levar em conta esses fatores para uma compreensão da construção social da dinâmica entre a relação de casais.

Sou professora na rede estadual de ensino, do componente curricular em Geografia, formada pela UFMS, Campus do Pantanal. A motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa se fez mediante ao contexto social por mim vivenciada, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, voltado para a Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres e CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência doméstica), em ambos os lugares pude acompanhar e participar de trabalhos voltados a conscientização e a assistência direta as mulheres vítimas de violência doméstica da região fronteira.

No contexto histórico, identifica-se que a questão do gênero feminino vem sofrendo violência ao longo dos anos. A violência contra a mulher, de forma geral, é um dos problemas preocupantes na contemporaneidade. Pois as mulheres “[...] são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 1995, p. 11). Elas vêm sendo inferiorizadas, golpeadas, desvalorizadas e até assassinadas, pelo simples fato de ser mulher ao longo desses anos.

Para Sabat (2001), o conceito de gênero foi incorporado pelo movimento feminista nos debates acadêmicos e nas disputas políticas ao longo da história desde a teoria marxista até a perspectiva pós-estruturalista. Entretanto, é a partir desta última que o conceito ganha novos contornos, portanto, o movimento feminista não tem a mesma posição teórica e política. Essa perspectiva apresenta o conceito de gênero feminino e masculino de forma diferente da questão puramente biológica, pois considera a relação entre homem e mulher como produtoras não apenas de gênero, mas da própria noção de “sexo”. Por estes motivos esta pesquisa se alinha teoricamente a esta última proposição. Portanto, é necessário repensar a política feminista, dessa forma “[...] os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria mulher” é construída numa maneira que implica subordinação (PISCITELLI, 2002, p. 22).

Louro (2010), corrobora que essas relações sociais entre os gêneros feminino ou masculino são estabelecidas e codificadas dentro do contexto cultural de um determinado lugar, onde “[...] elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”. (LOURO, 2010, p. 11).

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, 1995, p. 103).

Considerando essa relação de poder que se estabelece no convívio das relações sociais generificadas, infere que as “[...] diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (LOURO, 1995, p. 106). Torna-se importante compreender essa relação de poder ao falarmos da violência doméstica contra a mulher. Bernardino *et al.*, afirma que:

Uma das manifestações mais extremas e perversas da desigualdade de gênero refere-se à violência contra as mulheres, produto das diferenças de poder e que representa um importante fenômeno social e de violação dos direitos humanos, impactando significativamente no processo saúde-doença e na perspectiva de vida das mulheres (2016, p. 741).

O movimento feminista atuou e vem atuando fortemente para socializar as políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres. Considera-se uma das principais conquistas das mulheres brasileiras. A Lei “[...] sistematiza uma série de instrumentos com caráter preventivo e educativo, tendentes ao combate da reprodução de comportamentos violentos baseados nas relações entre os gêneros (OLIVEIRA, 2011, S/P). Visto que,

Esse tipo de violência ganhou visibilidade com as lutas dos movimentos feministas, que denunciavam as situações utilizando frases como Quem ama não mata. Estudiosas feministas elaboraram muitas perspectivas sobre a violência doméstica contra mulheres. Algumas delas compreendem que as mulheres eram vítimas das agressões dos homens, e outras ainda levavam em conta as relações de gênero e hierárquicas entre homens e mulheres. (RAMOS; OLTRAMARI, 2009, p. 421)

O Brasil, segundo o Mapa do Femicídio 2020, está na 5º posição do ranking dos países que mais cometem crimes contra as mulheres. O estado de Mato Grosso do Sul (MS) está na 3º posição entre os estados que mais cometem feminicídios. No ano de 2019, nesse estado, 30 mulheres foram vítimas de feminicídio e 98 sofreram tentativas de feminicídio, mas, felizmente, sobreviveram. A cada mês, 130 mulheres registraram Boletim de Ocorrência (BO) por estupro; a cada semana, 150 mulheres sofreram agressões físicas tipificadas como lesão corporal dolosa<sup>1</sup>.

Carijo e Martins (2020) apresentam dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), no primeiro semestre de 2016, o Liga 180 recebeu um total de 555.634 ligações, sendo 59,71% delas feitas por mulheres negras, sendo que a maior parte das denúncias foi feita pela vítima mesmo (67,9%). Os dados são assustadores e condizentes com a literatura sobre a solidão da mulher negra.

Para Fernandes e Junqueira (2021), a violência contra a mulher surge para manter uma ordem de poder desigual já que a própria sociedade é baseada em um modelo patriarcal também cis-heterossexual, racista e classista na tentativa de estabelecer normas, comportamentos e padrões hegemônicos. Sexo, gênero, raça e sexualidade em diferentes processos de socialização entre homens e mulheres se cruzam por meio de interseções entre marcadores sociais salientes.

O Brasil e o estado do MS estão comprometidos em vários documentos que visam o enfrentamento à violência, porém, infelizmente as estatísticas não diminuem. O estado do MS possui uma Subsecretaria de Políticas Públicas para as mulheres que promove ações ao longo do ano em parcerias com os seus municípios. Corumbá e Ladário, região foco desta pesquisa, têm uma rede de atendimento à mulher atuante, constituída com, e por entidades governamentais do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, as entidades não governamentais, são compostas por grupos e associações de mulheres.

Neste contexto, todas as esferas se mostram unidas na luta pelo combate à violência contra as mulheres. Isso indica o quanto “A história dos movimentos feministas no Brasil foi assim marcada por conquistas significativas no que diz respeito a seus

---

1 O crime de lesão corporal está inserido no capítulo dos crimes contra a vida, no artigo 129 do Código Penal, que pune a conduta de alguém ofender a integridade física ou a saúde de outra pessoa. O mencionado artigo prevê 4 formas de lesão corporal: lesão leve, grave, gravíssima e seguida de morte. Importa ressaltar que, para os crimes cometidos em contexto de violência doméstica, conforme §9 e §10 da mencionada norma, a pena para a lesão leve passa para 3 meses a 3 anos de reclusão, sendo que para as demais formas são aumentadas em 1/3. Fonte: [https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/tipos-de-lesao-corporal#:~:text=O%20crime%20de%20les%C3%A3o%20corporal,a%20sa%C3%BAde%20de%20outra%20pessoa](https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/tipos-de-lesao-corporal#:~:text=O%20crime%20de%20les%C3%A3o%20corporal,a%20sa%C3%BAde%20de%20outra%20pessoa. Acesso em 25 de jul. 2023.). Acesso em 25 de jul. 2023.

objetivos legais”. (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 166). No que se refere ao enfrentamento à violência contra a mulher:

O Brasil é signatário de todos os tratados e convenções que repudiam a violência contra as mulheres, mesmo que ainda exista uma distância entre o desejo declarado de enfrentar a violência e as ações para diminuição desses agravos (LIMA, 2014, p. 31).

Na implantação e efetivação das políticas públicas para as mulheres, destaca-se a Lei 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, que apresenta em seus artigos o enfrentamento, prevenção e punição à violência doméstica contra as mulheres. O artigo 7º da referida lei, descreve as formas de violência, classificando em cinco tipos: violência psicológica, verbal, sexual, patrimonial e física

São elas:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Considerando a violência contra a mulher e, ao mesmo tempo, a dificuldade de muitas delas em se perceber vítimas desses tipos de violência, esta pesquisa qualitativa justifica-se a partir do objetivo geral em analisar o currículo e a pedagogia cultural do artefato “Ciclo de Violência contra a Mulher” segundo as moradoras da fronteira Brasil-Bolívia. Artefatos são produtos culturais nos quais os pesquisadores se concentram em

analisar por constituir uma pedagogia e um currículo diversificado através do qual cada um deles se apresenta com diferentes modos de operação.

O “Ciclo da Violência contra a Mulher”, nesses processos de significação e atuação contra a violência, é entendido por mim enquanto um artefato cultural, portanto, diretamente envolvido em currículo e pedagogia cultural que tem implicação direta na formação dos sujeitos. Assim, esse artefato, como outros, tem contribuído para aumentar a compreensão entre as relações de conhecimento e suas múltiplas formas em que o currículo se envolve na produção do social.

Silva (2013) diz que o currículo constrói os sujeitos com suas características distintas, logo, podemos pensar sobre o que se constrói, em termos de sujeito, com o artefato “Ciclo da Violência”. Afinal, um artefato não deixa de ser uma prática cultural, foi fruto da produção humana. Por isso, artefatos, ao “[...] corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, constitui-nos como sujeitos – e sujeitos também particulares” (SILVA, 2013, p. 189). Para esse autor o currículo é uma relação social, no sentido que a sua composição se realiza através da relação de pessoas. Falar do currículo que circula por meio dos artefatos se torna necessário.

O currículo pensado a partir dos artefatos, como se pretende com esta pesquisa envolvendo o “Ciclo da Violência contra a Mulher”, amplia-se as noções sobre “pedagogia”, que acaba transformando o próprio conceito, que é histórico e culturalmente contingente.

Deste modo:

[...] é possível pensar não apenas em uma pedagogia, mas na multiplicidade de pedagogias, principalmente, quando se observa, a partir do final do século XX, um traço contínuo do campo da educação instituindo investimentos para atuar sobre os vários aspectos da vida dos sujeitos. (BORTOLAZZO, 2020, p. 318).

Para Andrade e Costa (2017), os Estudos Culturais em Educação, também como parte das perspectivas pós-estruturalistas, nas pesquisas têm ampliado como um novo foco de estudo produtivo, levando a repensar a relação de poder, cultura e educação, enfatizando “[...] o quanto os Estudos Culturais são importantes para a educação e a pedagogia” (2017, s.p). Pois,

Os Estudos Culturais apresentam como concepção primordial a discussão sobre cultura. Estudam as manifestações culturais de grupos sociais que tiveram, ou ainda têm, por um longo período de nossa história, suas vozes silenciadas pela supremacia de grupos considerados hegemônicos. Seus autores enfocam questões referentes à constituição

de identidades inseridas em sistemas de representação. Também tratam das relações sociais imbricadas pelo poder e dos artefatos e pedagogias culturais que contribuem para a nossa formação. (NUNES, 2008, p. 16).

Os Estudos Culturais nos levam a refletir, desconstruir conceitos, ampliar os conhecimentos. Passe-se a considerar a dinâmica das relações do sujeito sobre vários aspectos na sociedade. É importante “[...] compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos” (MINAYO, 2010, p. 24). No caso da violência contra a mulher, nos leva a pensar na importância do currículo e da pedagogia cultural nessas políticas de enfrentamento e combate a essas violências.

O referido “Ciclo da violência contra a Mulher” tem circulado em diferentes espaços de enfrentamento à violência contra a mulher, reproduzido também em diferentes artefatos culturais (vídeos e cartazes, por exemplo), e não apenas enquanto um artefato cultural em si. Mas, aqui, é a imagem do “Ciclo da violência contra a mulher” que me interessa enquanto um “objeto” de estudo, enquanto artefato. E não o artefato enquanto um meio em que o “Ciclo” circula, isto é, um vídeo, um meme, um cartaz, uma cartilha. O “Ciclo” enquanto um artefato está em outros artefatos, que permitem atividades institucionais (ou não institucionalizadas) de educação contra a violência, muitas delas envolvendo as mulheres vítimas ou potencialmente vítimas dessa violência. Esses artefatos onde o artefato “ciclo” aparece não serão descartados desse estudo, mas o foco é menos no meio e mais na imagem do “ciclo” enquanto um artefato em si. Sendo assim, a pergunta norteadora desta pesquisa é: qual o currículo e a pedagogia cultural do “Ciclo da Violência contra a Mulher” segundo moradoras da fronteira Brasil-Bolívia?

Para que essa pergunta de pesquisa possa ser respondida, fez-se necessário estruturar essa dissertação em termos qualitativos. De acordo com Oliveira (2016, p.37), “Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observação, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva”. Desse modo, será apresentado no primeiro capítulo o levantamento de produção, que trata do tema “Ciclo da Violência contra a mulher” e seus descritores. averigüei trabalhos que pudessem contribuir no desenvolvimento da pesquisa. As buscas foram nos anais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); ScientificElectronic Library Online – (SCIELO); Portal de Teses e Dissertações da Capes e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação e Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal.

Entendo que a análise documental, “dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar” (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 13). De acordo com Martins e Theóphilo, a pesquisa bibliográfica é uma “[...] estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias etc. [...]” (2016, p. 52).

No segundo capítulo é apresentado a metodologia, com descrição do passo a passo do roteiro das entrevistas. Segundo Haguette (1992), esse é um instrumento de interação social, onde, mesmo tendo um roteiro pré elaborado, pode-se realizar alterações, permitindo que o mesmo possa colher o máximo de informação da pessoa que está participando da pesquisa. Após a elaboração do roteiro, foi feita a delimitação da quantidade de mulheres a serem entrevistadas, ficando decidido que seriam três mulheres moradoras da cidade de Corumbá/MS e outras três mulheres moradoras da cidade de Ladário/MS.

A entrevista foi a semiestruturada “não engessada”, por permitir uma maior exploração do tema durante a entrevista, dando a essa pesquisadora autonomia para desenvolver cada situação em qualquer direção que considerasse adequada. “É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197). Assim, cada mulher entrevistada pode apresentar a sua percepção sobre o “Ciclo de Violência” de maneira tranquila e objetiva.

A escolha das mulheres entrevistadas, deu-se por indicação, a primeira a ser entrevistada foi considerada pré-teste, e indicou a seguinte entrevistada e assim sucessivamente uma indicou a outra a ser entrevistada. Nesse processo, a entrevista é entendida como uma forma de interação (GIL, 2008). Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca levantar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p. 109). As entrevistas foram transcritas. Posteriormente, na quarta etapa, e as forma analisadas.

No terceiro capítulo trago uma análise das entrevistas, que se encontra dividida em três partes, para melhor compreensão do leitor. Nas análises será apresentado, as transcrições das entrevistas das mulheres entrevistadas residentes na região de fronteira. Após as análises sobre o currículo e pedagogia do artefato do “Ciclo da Violência contra

a Mulher” a dissertação será finalizada com minhas considerações finais e observações a partir da análise da pesquisa.

## 2. ACHADOS TEÓRICOS

No ano de 2019, cursei como aluna especial, a disciplina de “Educação Social”, ministrada pela professora Dra. Cláudia Araújo de Lima, no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGE/CPAN/UFMS). As leituras apresentadas por ela permitiram ampliar os meus conhecimentos referentes às relações sociais da sociedade, principalmente sobre a violência de forma geral, e com recorte na violência contra as mulheres, enfatizando a importância da educação nas relações sociais.

Ingressei no PPGE/CPAN/UFMS como aluna regular no ano de 2021, fiz duas disciplinas obrigatórias e uma disciplina optativa, que foram: “Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa em Educação: diferentes enfoques” (60 horas), ministrada pela professora Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar; “Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação” (60 horas), ministrada pelo professor Dr. Jorge Luís Mazzeo Mariano; e “Introdução aos Estudos Culturais” (60 horas), ministrada pelos professores Dr. Tiago Duque e Dr. Marcelo Victor da Rosa. No segundo semestre do mestrado fiz duas disciplinas, uma obrigatória e uma optativa, que foram: “Seminário de Pesquisa” (60 horas), ministrada pelo professor Dr. Fabiano Antônio dos Santos; “Gênero, sexualidade e educação” (60 horas), ministrada pela professora Dra. Josiane Peres Gonçalves.

A aprendizagem através das leituras das disciplinas apresentadas pelos professores colaborou para a minha pesquisa, principalmente as disciplinas de “Introdução aos Estudos Culturais” e “Gênero, sexualidade e educação”. A primeira me apresentou leituras da teoria pós-crítica, propiciando entender, conhecer e compreender os conceitos essenciais como a pedagogia cultural, currículo cultural e artefato cultural. Leituras imprescindíveis para o desenvolvimento do objeto de estudo da minha Linha de Pesquisa Gênero e sexualidade, cultura, educação e saúde. A segunda retratou temas de pesquisas relacionados também à mesma Linha de Pesquisa, onde as leituras me permitiram ampliar o conhecimento sobre o conceito de gênero, panorama da representatividade feminina nas questões das políticas públicas e os seus direitos em vários setores da sociedade. A disciplina que mais dialoga com a minha pesquisa é a “Introdução aos Estudos Culturais”, juntamente com o texto “Estudos Culturais: uma introdução”, da Ana Carolina Escosteguy. In. O que é, afinal, Estudos Culturais? De Richard Johnson; Ana Carolina Escosteguy, organizado por Norma Schulman (2000).

O presente levantamento de produção utilizou-se das ferramentas de busca *online* nos anais da ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação;

SCIELO – Scientific Electronic Library Online; Portal de Teses e Dissertações da Capes e as dissertações defendidas no PPGE/CPAN/UFMS. As buscas foram realizadas em cada um desses ambientes com o uso de descritores, separadamente e combinados entre si, possibilitando aprimorar a busca.

### QUADRO 1. Descritores

Ciclo da Violência contra a Mulher
Violência Doméstica
Lei Maria da Penha
Violência de Gênero
Artefato Cultural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

#### 2.1 ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

Pelos anais da ANPED, buscou-se trabalhos com todos os descritores do quadro 1, pela organização do site na lista dos trabalhos apresentados por grupos, não foi necessário usar os recursos dos filtros nas buscas, era possível acessar os trabalhos e resumos com facilidade. Pesquisei as reuniões nacionais dos anos de 2011 a 2021, no grupo de trabalho GT23- (Gênero, Sexualidade e Educação). Na busca com as palavras chaves “Ciclo de Violência”, “Violência doméstica” e “Lei Maria da Penha” não encontrei nenhum trabalho.

Ao usar a palavra-chave “Violência de Gênero” no GT 23, foi possível encontrar dois trabalhos que apresentam a implantação e efetivação das políticas públicas conquistadas, em destaque para a Lei Maria da Penha.

No texto “Políticas Públicas para mulheres e os desafios da institucionalidade” de Eunice Léa de Moraes e Lucia Isabel Conceição da Silva (2017), da Universidade Federal do Paraná (UFPA), as autoras trazem a reflexão sobre a temática de gênero e dos avanços e desafios referidos nos dois primeiros Planos Nacionais de Políticas para Mulheres dos anos de 2003 a 2007 e 2008 a 2011.

As autoras apresentam as observações dos avanços e desafios no processo de institucionalidade das políticas públicas para as mulheres, na criação da Secretaria de

Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), o órgão gestor do governo federal. Tal avanço contou com a contribuição da luta dos movimentos feministas e de grupos de mulheres, pelo enfrentamento ao sexismo, a todos os tipos de violência, ao racismo e na proteção da democracia. É fundamental que se pesquise sobre os avanços das políticas públicas, pois o movimento de mulheres apresentou proposta na elaboração do plano nacional de combate à violência contra as mulheres, fortalecendo a divulgação da Lei Maria da Penha.

No texto, “Políticas Públicas no Combate à Violência de Gênero: A criação de Centros de Educação e Responsabilização para Homens Agressores” (2011), de Aparecida Fonseca Moraes e Letícia Ribeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as autoras analisam a noção que do grupo de reflexão para homens agressores de um juizado de violência doméstica têm ao praticar contra as mulheres no contexto das políticas públicas e da Lei Maria da Penha.

Segundo as autoras, as políticas de combate à violência contra as mulheres movem-se há anos, solidificando a Lei Maria da Penha, resultado da organização feminista no combate à violência contra a mulher. A Lei apresenta medidas educativas, chamadas de grupo de reflexão. Os grupos de reflexão para os homens agressores é uma possibilidade de reconhecimento da responsabilidade da violência praticada, objetivando a reeducação desses homens, levando-os a compreender os papéis sociais do homem e da mulher.

Os dois textos contribuíram para o meu entendimento da importância do movimento feminista na luta pela garantia dos direitos e ao combate à violência contra as mulheres e na importância da efetivação da Lei Maria da Penha.

Na busca com o descritor “Artefato”, encontrei um trabalho, “Pedagogia de Gênero e sexualidade em artefatos culturais: Reflexos sobre experimentação” (2015), da, Gabriela Garcia Sevilla da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nele a autora apresenta conceitos de gênero, sexualidade e pedagogia a partir de uma perspectiva pós-estruturalista.

De acordo com a autora, os artefatos culturais produzem e reproduzem pedagogias em nossa sociedade para além dos muros da escola. Essas pedagogias esclarecem e afirmam normas relacionadas ao feminino e masculino. Discorre que os conceitos de gênero e sexualidade são trabalhados na área da educação para melhor compreensão. São pedagogias que passam a indagar a aprendizagem, o currículo, através dos artefatos culturais.

Neste sentido, os três textos me permitiram compreender que a pedagogia cultural é muito importante para a minha pesquisa, pois o artefato cultural “Ciclo da Violência contra a Mulher” poderá ser apresentado de formas diferenciadas pelas mulheres entrevistadas, cada uma com suas características.

**QUADRO 2. Trabalhos selecionados da ANPEd**

<b>Autores/as (ano)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Gênero</b>	<b>Reunião ANPEd</b>	<b>GT</b>
Eunice Léa de Moraes e Lucia Isabel Conceição da Silva (2017)	UFPA	F	Nacional	23
Aparecida Fonseca Moraes e Letícia Ribeiro (2011)	UFRJ	F	Nacional	23
Gabriela Garcia Sevilla (2015)	UFRS	F	Nacional	23

Fonte: Da autora

Na sequência apresento o resultado das buscas na Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

## **2.2 SCIELO – Scientific Electronic Library Online**

Na busca da Biblioteca Eletrônica Científica On-line (do inglês: Scientific Electronic Library Online – SciELO), as pesquisas foram feitas com os filtros da seguinte forma: Coleções: Brasil; Idioma: português; Ano de publicação: 2015 a 2022, realizei as buscas com esses anos para ter acesso a pesquisas mais recentes. Utilizei a palavra todos para alguns descritores; Scielo; Áreas Temáticas: Ciências Humanas; Citadas e não Citadas: Todos; Tipo de Literatura: Todos.

Na busca com o descritor “Ciclo de Violência contra a Mulher”, não foi encontrado nenhum artigo ou dissertação.

Na pesquisa com o descritor “Violência Doméstica” foram encontrados oito trabalhos. São eles: “As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha” (2018), de Raíssa Jeanine Nothafft e Teresa Kleba Lisboa, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O artigo aborda

a relação da intervenção da Lei Maria da Penha nas ações dos autores da violência, considerando as recomendações gerais e diretrizes da política pública para a mulher no contexto legal e político. “A Violência Doméstica e Racismo contra mulheres negras” (2020), de Christiane Carrijo e Paloma Afonso Martins, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa aborda a vivência de violência doméstica de três mulheres negras, objetivando apresentar em que contextos aparecem o racismo.

“Violência Doméstica contra as mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde” (2016), de Jaqueline Arboit, Marta Cocco da Costa, Ethel Basto da Silva, Isabel Cristina dos Santos Calomé e Monique Prestes, da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – Associação Paulista de Saúde Pública (USP). O artigo apresenta a violência doméstica no cenário rural, através do diálogo, da escuta ativa e vínculo entre as agentes de saúde e as mulheres atendida nos serviços de saúde.

“Violência Doméstica ou Violência Intrafamiliar: Análise dos Termos (2017), da Paula Orchiucci Miura Ana, Caroline dos Santos, Silva Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa, Marianne Lemos Costa, José Nilson Nobre, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O texto apresenta a análise dos termos da Violência doméstica e Intrafamiliar quando se refere a violência de gênero e contra a mulher.

“Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção” (2015), de Luana Bandeira de Mello, Amaral Thiago Brasileiro de Vasconcelos, Fabiane Elpídio de Sá, Andréa Soares Rocha da Silva, Raimunda Hermelinda Maia Macena, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O artigo aborda as diferenças das agressões sofridas pelas mulheres atendidas na Unidade de Proteção do Ceará, antes e após a Lei Maria da Penha.

“Violência Doméstica contra as mulheres: Realidades e Representações sociais” (2010), de Denire Holanda da Fonseca, Cristiane Galvão Ribeiro e Noêmia Soares Barbosa Leal, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O artigo aborda as representações sociais das mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica, apresenta também o ciclo da violência é alimentado pela tolerância e pela pouca compreensão delas.

“Atividade Reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica” (2009), de Maria Eduarda Ramos e Leandro Castro Oltramari, do Conselho Federal de Psicologia. O artigo apresenta a reflexão de um grupo de mulheres que sofreram violência doméstica, um grupo de apoio com atividades baseada nas teorias de Paulo Freire.

“Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após denúncia (2008), de Eriza de Oliveira Parente, Rosana Oliveira do Nascimento e Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, da Universidade Federal de Fortaleza. O artigo traz uma análise sobre o enfrentamento encontrado pelas mulheres após denúncia da violência sofrida.

Ao pesquisar o descritor “Lei Maria da Penha”, com a utilização dos filtros, foram encontrados quarenta e três trabalhos, li os resumos e observei que a maioria eram pesquisas voltadas para área jurídica, selecionei três trabalhos. São eles:

“Violências Intrafamiliares Experiências em homens autores de violência conjugal” (2018), de Priscila Jandrey Brasco e Clarissa De Antoni, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. A pesquisa apresenta o resultado das entrevistas de nove homens autores de violência doméstica, respondendo processos tipificados na Lei Maria da Penha.

“Diálogos de gênero na Educação: Considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas” (2018), da Kristine Kelly de Albuquerque, do Centro Universitário do Vale do Ipojuc, Caruaru, PE. O artigo apresenta resultados do projeto da Lei Maria da Penha vai às escolas, no enfrentamento à violência contra a mulher nos espaços primários da educação.

“Os quinze anos da Lei Maria da Penha”, (2022), da Teresa Kleba Lisboa e Luciana Patrícia Zucco, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O artigo apresenta o percurso que a Lei conquistou em quinze anos de sua vigência, avaliando as políticas sociais de prevenção a violência contra a mulher.

Na busca com o descritor “Violência de gênero” foram encontrados dezenove trabalhos, porém ao ler o resumo, observei que não iriam contribuir com a minha pesquisa. Com as minhas leituras, selecionei três artigos. São eles:

“Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas” (2021), de Matheus Alves Custódio e Kecya Nayane Lucena Brasil Tavares, do Centro Universitário Vale do Salgado, Icó, CE, o trabalho apresenta a narrativa de uma mulher em situação de violência doméstica, sua história de vida no enfoque das suas obrigações por ser mulher.

“Homens, gênero e violência contra as mulheres: reflexões sobre sentidos atribuídos às masculinidades” (2021), de Rafael Lima Fernandes e Telma Low Silva Junqueira, da Universidade Federal Fluminense. O artigo apresenta a produção de sentidos dos homens em relação ao gênero e a violência contra a mulher, em como esses entrevistados reconhecem as relações desiguais de poder nas práticas da violência.

“Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero” (2019), de Samira de Moraes Maia Vigano e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis e da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. O artigo apresenta em como a trajetória das políticas afirmativas para as mulheres brasileiras, fundamentadas nas relações de gênero e violência e, dos movimentos sociais, para a compreensão da violação dos direitos humanos.

Os trabalhos encontrados com os descritores “Violência Doméstica, Lei Maria da Penha e Violência de Gênero”, aparecem nas palavras chaves de todos os artigos citados até aqui. Observa-se que um acaba complementando a importância dá outro nas análises do enfoque da violência contra a mulher.

Utilizando o descritor “artefato cultural” foi encontrado dois trabalhos. São eles: “Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências” (2019), de Andreia Bandeira e Emerson Luís Velozo da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). O artigo aborda o livro didático como um artefato cultural como subsídio no debate sobre as relações de gênero e sexualidade na educação básica.

“Sexualidade na Sala de aula: Tecendo Aprendizagens a partir de um Artefato Pedagógico” (2011), de Benícia Oliveira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro, da Universidade Federal do Rio Grande (UFRS). O artigo apresenta a compreensão em relação ao artefato que se constitui em uma pedagogia cultural que produz e divulga significados acerca da sexualidade. Apresenta a importância do artefato das discussões do debate da revista.

**QUADRO 3. Pesquisas selecionadas da Scielo**

<b>Autores/as (ano)</b>	<b>Gênero</b>	<b>Instituição</b>	<b>Revista</b>
Raíssa Jeanine Nothaft e Teresa Kleba Lisboa (2018)	F	UFSC	Cadernos Pagu
Christiane Carrijo e Paloma Afonso Martins (2020)	F	UFSC	Ainda. Estudos Feministas
Jaqueline Arboit, Marta Cocco da Costa, Ethel Basto da Silva, Isabel Cristina dos Santos Calomé e Monique Prestes (2016)	F	USP	Ainda. Eletrônica de Enfermeria

Paula Orchiucci Miura Ana, Caroline dos Santos, Silva Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa, Marianne Lemos Costa, José Nilson Nobre (2017).	F/M	UFPE	Ainda. Psicologia & Sociedade
Luana Bandeira de Mello, Amaral Thiago Brasileiro de Vasconcelos, Fabiane Elpídio de Sá, Andréa Soares Rocha da Silva, Raimunda Hermelinda Maia Macena (2015)	F/M	UFSC	Ainda. Estudos Feministas
Denire Holanda da Fonseca, Cristiane Galvão Ribeiro e Noêmia Soares Barbosa (2010)	F	UFPE	Ainda. Psicologia & Sociedade
Maria Eduarda Ramos e Leandro Castro Oltramari (2009)	F/M	Conselho Federal de Psicologia	Ainda. Estudos Feministas
Eriza de Oliveira Parente, Rosana Oliveira do Nascimento e Luiza Jane Eyre de Souza Vieira (2008)	F	IFF	Ainda. Estudos Feministas
Priscila Jandrey Brasco e Clarissa De Antoni (2018)	F	UFRGS	Ver. Psicologia: Ciência e profissão
Kristine Kelly de Albuquerque (2018)	F	UFPE	Ainda. Estudos Feministas
Teresa Kleba Lisboa e Luciana Patrícia Zucco (2022)	F	UFSC	Ainda. Estudos Feministas
Matheus Alves Custódio e Kecya Nayane Lucena Brasil Tavares (2021)	M/F	Centro Universitário Vale do Salgado, Icó, CE, Brasil	Psicologia USP
Rafael Lima Fernandes e Telma Low Silva Junqueira (2021)	M/F	UFPE UFAL	FRAGMENTAL: Revista de Psicologia
Samira de Moraes Maia Vigano e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin (2019)	F	IFSC UFSC	Ainda. História São Paulo
Andreia Bandeira e Emerson Luís Velozo (2019)	F/M	UNICENTRO	Ciência e Educação
Benícia Oliveira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro (2011)	F	UFRS	Ainda. Estudos Feministas

Fonte: Da autora

A seguir, apresento o levantamento de produções científicas no Portal de Teses e Dissertações da Capes.

### 2.3 Portal de Teses e Dissertações da Capes

Na busca pelas dissertações e teses da Capes, pesquisou-se as palavras-chave separadamente e combinadas. Ao pesquisar com o descritor “Ciclo da Violência contra a Mulher” ou usando só “Ciclo de Violência” não foi encontrado nenhum trabalho.

Ao pesquisar o descritor “Violência Doméstica”, utilizando os filtros de datas recentes e dissertações, após leitura dos resumos, foram encontrados vinte trabalhos, após leituras dos resumos, selecionei cinco trabalhos. São eles:

“Características sociodemográficas e de personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica”(2011), de Samantha Dubugras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A dissertação avalia dados sociodemográficos e características das mulheres vítimas de violência doméstica, cometido pelos seus parceiros íntimos.

“Casas-abrigo para mulheres no Rio Grande do Sul: perspectivas de enfrentamento à violência doméstica na esfera familiar” (2010), de Sônia Araújo Figueredo de Almeida, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a tese apresenta a situação das mulheres acolhida na casa abrigo, instituição importante na garantia de direitos das mulheres. A pesquisa possibilita compreender por que algumas mulheres continuam no relacionamento.

“História de vida e escolha conjugal em mulheres que sofrem violência doméstica” (2010), de Gabriela Quadros de Lima, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A dissertação foi desenvolvida com doze mulheres, onde apresenta a contribuição do processo das relações amorosas, resultando na violência contra a mulher, da influência na história de vida e escolha em continuar o relacionamento.

“Das lágrimas à esperança: o processo de fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica” (2008), Fabrício André Tavares, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUCRS). A tese aborda a análise do trabalho desempenhado pelas Assistentes Sociais no enfrentamento a violência doméstica, objetivando contribuir na libertação do Ciclo de violência que elas estão inseridas. Analisa também os fatores que as levam a submissão no relacionamento.

“Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: Scoping review” (2020), de Marli Aparecida Rocha de Souza, Aínda Maris Peres, Lais Fumincelli, Vagner José Lopes, Nen NaLú Alves das Mercês e Marilene Loewen Wall, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A tese apresenta a percepção das mulheres em situação de violência ao buscar atendimento profissional na rede apoio.

Quando foi pesquisado o descritor “Lei Maria da Penha”, utilizando os filtros “Dissertações” e “Lei Maria da Penha”, foram encontradas sete dissertações, após leitura dos resumos, foram selecionadas três, são elas:

“Violências contra as mulheres e judicialização da vida privada: histórias que a gente não gostaria de saber” (2020), de Ana Rita Costa Coutinho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUCRS). A tese analisa o percurso que as mulheres em situação de violência percorrem na rede de atendimento, até o Juizado de violência Doméstica e familiar, visando contribuir para o melhor atendimento dessas mulheres.

“A aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11,340/2006 em face da nova perspectiva familiar: uma leitura a partir da defesa do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa da vítima” (2016), de João Pedro Moscoso Petek, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUCRS). A dissertação aborda a relevância da medida protetiva de urgência na busca pela proteção da mulher vítima de violência, avaliando a proteção da saúde e a integridade física.

“Punir, Proteger, Prevenir? A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do direito penal” (2015), de Fernanda Bestetti de Vasconcellos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUCRS). A tese apresenta como ocorrem os atendimentos de proteção às vítimas de violência, realizada pelo atendimento de proteção da Polícia Civil, tipificados na Lei Maria da Penha.

Na busca com o descritor “Artefato Cultural”, foram encontradas dez dissertações, mas só uma selecionada: “Meninas são doces e calmas’: um estudo sobre a produção de gênero através da cultura visual” (2008), de Luciana Borres Nunes, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUCRS). A dissertação apresenta a organização das identidades femininas através da cultura visual, no contexto escolar de meninas do ensino fundamental 1, sob a ótica dos Estudos Culturais em Educação.

A busca pelos descritores neste portal apresentou muitos trabalhos, muitas das dissertações e artigos já tinham sido encontrados nas outras plataformas.

#### **QUADRO 4. Trabalhos CAPES**

<b>Autores/as (ano)</b>	<b>Gênero</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo de Trabalho</b>
Dubugras (2021)	F	PUCRS	Dissertação
Almeida (2010)	F	PUCRS	Tese
Lima (2010)	F	PUCRS	Dissertação
Tavares (2008)	M	PUCRS	Tese
Souza et al (2020)	F/M	UFRJ	Tese
Coutinho (2020)	F	PUCRS	Tese
Petek (2016)	M	PUCRS	Dissertação
Vasconcelos (2015)	F	PUCRS	Tese
Nunes (2008)	F	PUCRS	Dissertação

Fonte: Da autora

#### **2.4 Dissertações dos Programa de Pós Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS/CPAN**

O PPPGE/CPAN/UFMS se encontra no município de Corumbá/MS, inserido na região do pantanal. A área de concentração do programa é Educação Social, com as linhas de pesquisa “Políticas, práticas educacionais e exclusão/inclusão social”, “Práticas educativas, formação de professores(as)/educadores(as) em espaços escolares e não escolares” e “Gênero e sexualidades, cultura, educação e saúde”.

O PPGEF/CPAN/UFMS se encontra no município de Corumbá/MS, inserido na região do pantanal. Possui Área de Concentração em Estudos Fronteiriços, com as Linhas de pesquisas “Estratégias políticas, mobilidade humana e desenvolvimento territorial” e “Saúde, educação e trabalho”.

No portal do PPGE/CPAN/UFMS, no campo dissertações defendidas, foi feita a pesquisa do ano de 2011 a 2020 com todos os descritores do quadro 1 acima, mas não foi encontrado dissertações, com exceção do descritor “Violência doméstica”, onde encontrei uma no ano de 2014, 2017 e 2018, das encontradas, após a leitura do resumo, destaco a dissertação: “Violência Doméstica e uso de drogas na adolescência: Perspectiva de quem vivenciou essa realidade no município de Corumbá/MS”, de Márcia Adriana Brasil Aguilar (2017), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A autora apresenta a “violência em região de fronteira”, fala também da “Violência Doméstica e violência de Gênero” e uso de drogas na Adolescência, segundo a perspectiva de quem vivenciou essa realidade no município de Corumbá/MS. A presente pesquisa qualitativa,

traz dados de cinco entrevistados sobre a compreensão da situação de violência doméstica vivenciada por eles no âmbito familiar, mostra como os adolescentes e familiares percebem a relação da violência doméstica com o consumo das drogas. Apresenta a contextualização da violência na região de fronteira, dados podem contribuir para a proposta da dissertação.

No portal do Mestrado em Estudos Fronteiriços, no campo dissertações defendidas, foi feita a pesquisa do ano de 2009 a 2020, busca realizada com Descritores conforme o quadro 1 acima, mas não foi encontrado dissertações, com exceção na busca realizada no ano de 2011, onde foi encontrado a única dissertação com o descritor “Violência doméstica”, “Violência doméstica contra mulher em região de fronteira Brasil-Bolívia na cidade de Corumbá/MS. Aspecto jurídico, Cultural e Social”, de Cintia Helena Rodriguez Gomes (2011). Da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A autora apresenta questões referentes a violência doméstica contra mulheres, traz um panorama de lutas das mulheres pelos seus direitos. Demonstra a situação da mulher imigrante boliviana que vive na fronteira, traçando um paralelo vivido entre as mulheres brasileiras e bolivianas a questão da cultura e as políticas de proteção as mulheres. Enfatiza a necessidade da necessidade de ter um olhar diferenciado a região de fronteira e a universalização dos direitos humanos. A dissertação é uma pesquisa científica, com abordagem de gênero e focada nos atendimentos realizados pela rede de proteção a mulheres em situação de violência doméstica de Corumbá, a mulheres bolivianas que residem no município, vítimas de violência doméstica.

#### QUADRO 5. Trabalhos UFMS/CPAN

<b>Autores/as (ano)</b>	<b>Gênero</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo de Trabalho</b>
Aguilar (2017)	F	UFMS	Dissertação
Gomes (2011)	F	UFMS	Dissertação

Fonte: Da autora

Através da pesquisa de Dissertações dos Programa de Pós Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS/CPAN, foi possível perceber a escassez de estudos referente ao tema “Violência Doméstica”, dificultando a compreensão da dimensão de crescimento dessa violência e também da percepção do que já foi feito e/ou deixado de fazer por parte do governo para reduzir os números da violência e aumentar o número de mulheres com conhecimentos

sobre o assunto. Entretanto essa dificuldade foi motivadora para que o artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher”, fosse a inspiração da pesquisa aqui realizada, como será exposta no capítulo “Caminhos Metodológicos da pesquisa”.

### 3. CAMINHOS METODOLOGICOS DA PESQUISA

O artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher” foi o norteador do roteiro da entrevista semiestruturada. Nessa escolha metodológica “[...] o entrevistador (*sic.*) segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197). Iniciei as entrevistas individuais e presencialmente seguindo as normas de biossegurança contra a COVID-19, garantindo a “[...] preocupação de registrar exatamente o que foi dito” (GIL, 2008, p.118).

O roteiro com as perguntas tiveram por objetivos específicos: Descrever como as moradoras da fronteira Brasil-Bolívia compreendem o artefato “Ciclo de Violência contra a Mulher”; Explicar a avaliação que as moradoras da fronteira Brasil-Bolívia fizeram do artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher”; Registrar as informações fornecidas pelas moradoras da fronteira Brasil-Bolívia, sobre o que dizem faltar no artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher”; Levantar segundo as moradoras da fronteira Brasil-Bolívia o que se é ensinado no artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher”.

Considerando isso, a primeira parte do roteiro é nomeada “dados pessoais”, que são os dados que estarão distribuídos no quadro 6. Dentre as perguntas encontram-se questionamentos sobre idade, cor, religião, estado civil, filhos, escolaridade e a profissão. Na segunda parte é intitulada sobre “Violência na Fronteira” e questiona a percepção das entrevistadas sobre a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. Questionamentos que possibilitam apreciar os seus conhecimentos sobre o tema. Na terceira parte é denominado “O Artefato Ciclo da Violência”, onde questiono a compreensão das mulheres sobre este artefato em que estão presentes as fases da violência contra a mulher.

Antes de iniciar as entrevistas, eu fazia a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a leitura perguntava se tinham alguma dúvida e pedia para que as entrevistadas assinassem e entregava uma cópia para elas. Foi informado que guardaria a gravação por cinco anos e depois descartaria. As entrevistadas foram comunicadas que poderiam desistir de participar a qualquer momento da pesquisa e compreenderam que poderiam responder só as perguntas da sua escolha. E, por fim, foi esclarecido que não haveria recompensa financeira para as entrevistadas.

Após tudo esclarecido e assinado, iniciei a entrevista com cada uma das mulheres. A conversa foi gravada pelo gravador do celular, e eu enfatizei que a entrevista seria somente usada para a minha pesquisa, que não seria revelado e nem publicado o nome da entrevistada. As interlocutoras selecionadas têm idade acima de 18 anos, são de diferente

raça, etnia, nacionalidade, religião, escolaridade e orientação sexual da região de fronteira Brasil-Bolívia, residentes nos municípios sul-mato-grossenses de Corumbá e Ladário. A primeira entrevistada foi selecionada por mim com o objetivo de fazer a primeira entrevista teste, e a partir da indicação dela fiz a segunda entrevista, e assim por diante.

A entrevista semiestruturada tem a autonomia “[...] para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197). Assim, cada mulher entrevistada falou as suas respostas de acordo com o seu entendimento frente às questões apresentadas a sua percepção sobre o artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher” de maneira tranquila e objetiva, pois “quando o entrevistador consegue estabelecer certa relação de confiança com o entrevistado, pode obter informações que de outra maneira talvez não fossem possíveis” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 199).

Batista, Matos e Nascimento, corroboram dizendo que:

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado fenômeno é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio dela os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Considera-se a entrevista como uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, S/N).

A interação contribui para que a entrevistadora e entrevistada possam conversar naturalmente. Pois, a “[...] pesquisa qualitativa se propõe a investigar dados descritivos de uma situação ou fenômeno, envolvendo o contato direto do pesquisador com a situação estudada (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, s/n).

Para as entrevistas, levei o desenho impresso, sem fases do “Ciclo da Violência” em preto e branco (Figura 01) e uma cartilha com fases coloridas do programa “Mulher viver sem violência”, da Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal do ano de 2015 (Figura 02).

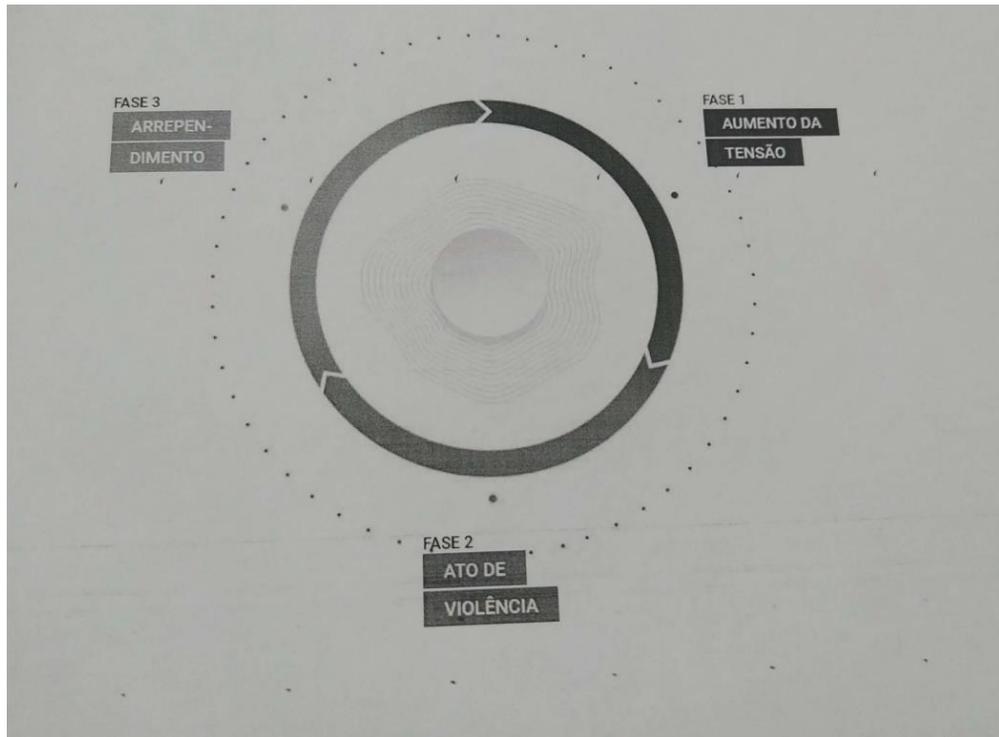


Figura 01. Fases do Ciclo da Violência contra a Mulher

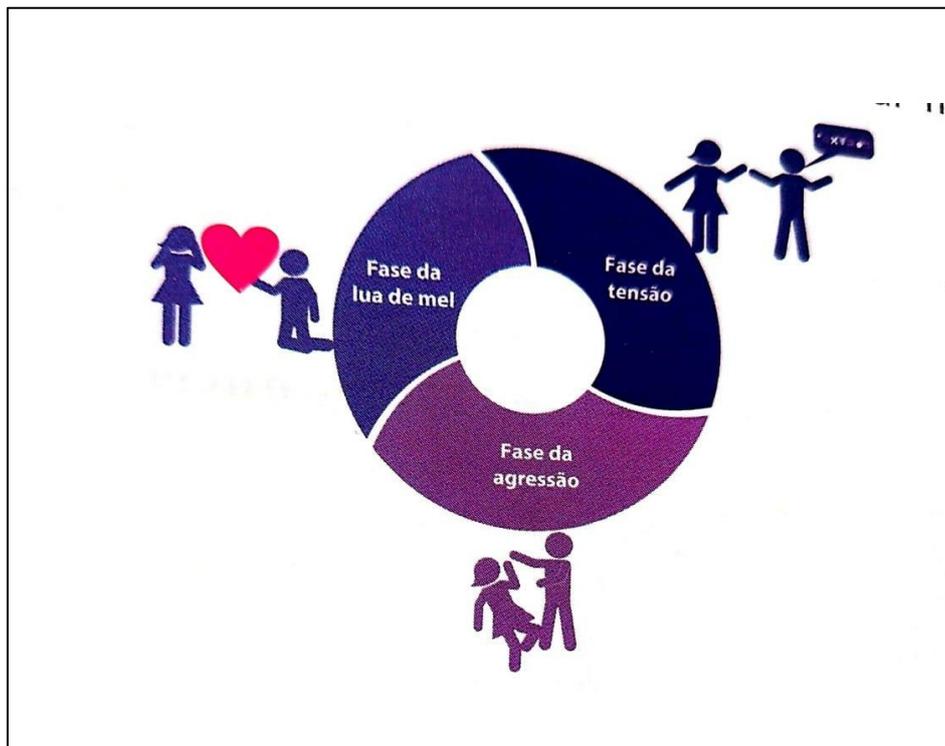


Figura 02. Ciclo da Violência Contra a Mulher (BRASIL, 2015, p.14)

Durante as entrevistas, com exceção da primeira (teste), apresentei para todas as entrevistadas o desenho e depois a cartilha após a sua resposta, onde as mesmas

descreviam como ela compreendia o “Ciclo de Violência contra a Mulher”. Assim, enfatizava a compreensão a percepção das mulheres em como ocorre o “Ciclo da Violência contra a Mulher” e as suas fases.

As entrevistadas moradoras do município de Corumbá, disseram não conhecer o artefato “Ciclo da Violência” contra a mulher, uma disse que ouviu algo sobre, mas não lembrava de como seria o ciclo. Continuando a conversa, pedi que elas descrevessem como imaginariam ser, e descreveram. Perguntei se elas gostariam de fazer o desenho, elas concordaram em desenhar a partir da descrição que fizeram em como imaginariam que seria o “Ciclo da Violência contra Mulher”. Entreguei uma folha de sulfite e uma caixa de lápis de cor, e continuamos a conversar enquanto elas faziam o desenho, solicitem também para que as mesmas colocassem cores nas fases que foram acrescentando ao ciclo. Os três desenhos são bem diferentes, iam me descrevendo.

Para manter a o anonimato das entrevistadas foi solicitado para cada uma escolher um nome fictício, após a escolha do nome, perguntei o porquê dessa escolha, das 6 mulheres entrevistadas, 4 mencionaram com tristeza nomes de mulheres que já sofreram violência contra mulher, 1 dessas mulheres foi até assassinada pelo marido – observei tristeza e indignação ao lembrar do fato ocorrido. As outras 2 escolheram nomes relacionados a um fato ocorrido em suas vidas um tempo atrás.

As entrevistas foram realizadas presencialmente na residência de três delas e as outras três foram na minha residência. A primeira entrevista foi feita em cinco de janeiro de dois mil e vinte e dois, à noite. Ela foi até a minha casa, pois disse que seria mais tranquilo para ela responder as perguntas. A entrevistada estava um pouco nervosa, no decorrer da conversa foi acalmando e ocorreu tudo bem, áudio gravado e finalizado com sucesso. Ela me indicou duas pessoas para ser entrevistada.

As outras entrevistas transcorreram de acordo com a disponibilidade de dia e horário de cada uma delas. Das duas indicadas pela primeira entrevistada, só uma aceitou o convite. A segunda entrevistada demorou um mês para conversar comigo, por falta de tempo, a convidei para ir até a minha casa em um final de semana, ela se organizou e foi no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, à tarde. Também ficou um pouco nervosa no início da conversa, mas do decorrer foi ficando mais à vontade. A terceira consegui ir à casa dela dois dias depois da segunda entrevistada, foi no sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois inícios da noite, após o seu horário de trabalho, foi a entrevista mais longa, ela demonstrou mais tranquilidade para conversar e a entrevista seguiu tranquilamente.

Dando continuidade à pesquisa, a quarta e quinta entrevistadas são moradoras de Ladário. A quarta entrevistada marcou as 7 horas da manhã do dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e dois, fui de carona com o meu amigo até a casa dela, em nossa conversa para marcar o dia, solicitei que ela me indicasse uma outra mulher de Ladário, se fosse possível já aproveitaria para fazer a entrevista naquela manhã, ela disse que iria ver a disponibilidade de uma de suas amigas. A entrevistada demonstrou tranquilidade ao responder as minhas perguntas, e a conversa transcorreu tranquilamente. Finalizando a nossa entrevista, fomos caminhando umas 7 quadras até a casa da amiga dela, onde a chamou, me apresentou, e me deixou no portão.

A quinta entrevistada começou me dizendo que estava cheia de encomendas de trabalho e perguntou se iríamos demorar muito, eu respondi que não. Começamos a nossa conversa, ela não demonstrou nervosismo, e a entrevista aconteceu tranquilamente. A minha carona chegou e fomos embora. Depois eu recebi no *WhatsApp* um vídeo da sua filha, de mais ou menos uns oito anos de idade, onde ela repetia partes das coisas que a mãe falará sobre a violência contra a mulher, fez rimas, alertando sobre a violência, fiquei emocionada com vídeo. Na análise acrescentei a transcrição do vídeo com a fala da menina. Para realizar a última entrevista tive que esperar uns meses.

A sexta entrevista aconteceu no dia trinta de junho de dois mil e vinte e dois, pela manhã, por conta do horário de trabalho da entrevistada, depois de ela ter contraído a Covid-19, algumas datas foram remar cadas. Ela foi até a minha casa em seu horário de almoço do trabalho, pois trabalhava em um órgão do município de Corumbá próximo a minha casa. Durante a entrevistas ficamos emocionadas ao lembrar do caso de feminicídio da professora Nádia Sol.

As entrevistadas indicaram mais de uma mulher para participar da pesquisa, quando solicitava, contudo, no primeiro momento que dá conversar pelo telefone, mostravam-se interessadas, no entanto ao adentrar com a apresentação do tema, o interesse mudava, havia uma desconversa, um agora não estou com tempo, podemos marcar em outro horário ou ainda diziam logo que não teriam tempo para participar, uma delas até perguntou se poderia passar a entrevista para a irmã, eu disse que não, agradecia a atenção e ia para a próxima da lista.

Trata-se das percepções em relação a violência contra a mulher que foram sendo levantadas ao longo das entrevistas que duraram em média de 15 a 40 minutos, acredito que por ser um tema delicado algumas responderam rapidamente as perguntas e já ficavam esperando a próxima. Percebi um pouquinho de tensão ao perguntar “O que é

violência para você?”, umas passavam a mão nos cabelos, outras passavam a mão no rosto, demonstrando um certo incomodo em falar sobre o tema, duas das locutoras ficaram visivelmente emocionadas, os olhos cheios de lágrimas ao lembrar de um caso ocorrido na família, uma delas pediu para eu parar e apagar a gravação e começar novamente.

A seguir, considerando a ética desta pesquisa na preservação da identidade, apresento as interlocutoras, conforme a sequência das entrevistas:

#### Renata

A minha primeira entrevistada tinha 40 anos de idade, moradora do município de Corumbá. De acordo com a autodeclaração, é parda, divorciada, tem 02 filhos, católica, curso superior completo com especialização, servidora pública concursada.

#### Joana

A segunda entrevistada tinha 32 anos de idade, moradora do município de Corumbá. Segundo a autodeclaração, é parda, solteira, não tem filhos, evangélica, curso superior completo com especialização, servidora pública contratada.

#### Francisca

A terceira entrevistada tinha 51 anos de idade, moradora do município de Corumbá. Segundo a autodeclaração, é parda, divorciada, tem 2 filhas, católica, ensino médio completo, trabalha como babá na casa de uma família.

#### Lena

A quarta entrevistada tinha 65 anos de idade, moradora do município de Ladário. Segundo a autodeclaração, é parda, divorciada, tem 02 filhos, umbandista, ensino médio completo, ressaltou que conseguiu terminar os estudos há mais ou menos uns 4 anos atras, recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC).

#### Lúcia

A quinta entrevistada tinha 50 anos de idade, moradora do município de Ladário. Segundo a autodeclaração, é parda, solteira, tem 02 filhas, católica, ensino médio completo, artesã.

Bruna

A sexta entrevistada tinha 37 anos de idade, moradora do município de Ladário. Segundo a autodeclaração, é parda, divorciada, tem 01 filha, católica, superior completo, servidora pública municipal contratada.

Nas análises das entrevistas foi acrescentado relatos da minha experiência como assessora e educadora social da Gerência de Políticas Públicas para a Mulher, e o Centro de Referência a Mulher em Situação de Violência Doméstica (CRAM), da secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Corumbá, frente a rede de atendimento a mulher em situação de violência. Essa escolha justifica-se como uma possibilidade em analisar os dados também a partir da minha trajetória de trabalho frente ao tema desse estudo.

A seguir, sistematizar os dados pessoais das entrevistadas em uma tabela. Nela, pode-se observar a diferença entre elas, assim como os critérios que as tornam indicadas para a pesquisa:

#### **Quadro 6: Dados pessoais das entrevistadas**

<b>Nome Fictício</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Religião</b>	<b>Filhos</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Cidade</b>
Renata	40	Branca	Divorciada	Católica	Sim	Superior	Servidora Pública Estadual	Corumbá
Joana	32	Parda	Solteira	Evangélica (não praticante)	Não	Superior	Servidora Pública Estadual Contratada	Corumbá
Francisca	51	Parda	Divorciada	Católica	Sim	Ensino Médio	Babá	Corumbá
Lena	65	Parda	Solteira	Umbandista	Sim	Ensino Médio	Beneficiária do BPC	Ladário
Lúcia	50	Parda	Solteira	Católica	Sim	Ensino Médio	Artesã	Ladário
Bruna	37	Branca	Divorciada	Católica	Sim	Superior	Servidora Pública Municipal Contratada	Ladário

Fonte: Da autora

Analisando o quadro 6, das seis interlocutoras, três moradoras de Corumbá e três de Ladário, observou-se que as entrevistadas tinham a idade de 32 anos a 65 anos, considerando três gerações diferentes de mulheres com vivências distintas em vários aspectos e, principalmente, frente ao tema do “Ciclo da violência contra as Mulheres”. Independentemente da diferença de idade, discutir e trabalhar a partir do tema “violência contra a mulher”, sempre foi desafiador, porque a mulher por longos anos foi considerada um ser inferior ao homem, que devia primeiro obediência aos pais, depois aos irmãos, posteriormente ao marido, sogro, entre outros, como está discriminado na cartilha “Viver sem violência - um direito de toda mulher” (2006, p. 08).

A violência contra as mulheres – em especial a violência doméstica – acontece porque em nossa cultura muita gente ainda acha que os homens são superiores às mulheres, ou que eles podem mandar na vida e nos desejos das mulheres, e que a única maneira de resolver um conflito é apelar para a violência.

Ouvir mulheres que vivenciaram períodos diferentes nessa luta, pode nos mostrar se de fato as campanhas contra a violência, as criações de novas leis estão nos levando para uma mudança de paradigma cultural, onde se tinha justificativa para a violência doméstica e para a sua perpetuação por inúmeras gerações, desse modo as entrevistas estão de certo modo nos oferecendo uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as relações de poder e gênero, dentro do Ciclo da violência contra a mulher.

No que concerne as mulheres entrevistadas a maioria se considera parda, isto é, quatro delas. Duas se disseram brancas. Sobre o estado civil, quatro são divorciadas e no momento não estão se relacionando afetivo sexualmente com ninguém, três estão solteiras e uma está namorando há dois anos. Sobre escolaridade, três têm curso superior completo e três têm o ensino médio completo. As entrevistadas com filhos são cinco e uma não tem filho. Em relação a religião, quatro são católicas, uma evangélica e outra umbandista. Os dados levantados sobre o currículo e a pedagogia cultural do artefato do “Ciclo da violência contra a Mulher”, serão apresentados nos próximos capítulos.

No quadro abaixo, tem-se a sistematização e a compreensão das entrevistadas sobre o artefato do “Ciclo da Violência contra a Mulher”.

**Quadro 7. Conhecendo o “Ciclo da Violência contra a Mulher”?**

<b>Nome Fictício</b>	<b>Conhece o Ciclo da Violência contra a mulher?</b>	<b>Descreva como você o imagina ou o compreende.</b>
Renata	Não	Eu acredito que a filha vendo a mãe sofrer violência poderá entender que aquele relacionamento seja normal, fazendo com que ela aceite relacionamento abusivo. Assim, esse ciclo vai continuar naquela família.
Joana	Não	No início de uma relação à pessoa trata bem, faz elogios para conquistar. Depois que conquista, começa o ciúme, ser possessivo xingamentos e agressões, e a mulher vai relevando, perdoando, até o momento onde aquilo virá uma rotina e a mulher acaba ficando presa no relacionamento abusivo.
Francisca	Não	Eu não faço ideia de como seria esses ciclos, se um dia eu ouvi, não me lembro mais. Acho que seria agressão e abuso no relacionamento.
Lena	Sim	Começa com homem um dia chegando em casa alterado xingando a mulher, usando nomes ruins, no outro dia chega do mesmo jeito, agredi fisicamente, essas situações vão são aumentando. Isso tudo é muito grave, tudo que está dentro deste ciclo começa com os xingamentos e, chegam até o assassinato. Essa fase de fazer as pazes não deveria existir, porque os homens não mudam.

Lúcia	Sim	Começa com xingamentos até a das agressões física. As vezes pode terminar em morte.
Bruna	Sim	O marido ou companheiro começa com o xingamento, denegrindo a imagem da mulher, aumentando para a violência psicológica mais pesada, chegando na violência física. Depois ele vem pedir desculpas, fazer as pazes e depois começa tudo novamente. Em alguns casos, tem ciclos que se fecham quando a mulher morre, o homicídio.

Fonte: Da autora

Analisando previamente o quadro 7, quando perguntado às interlocutoras se conhecem o artefato Ciclo da Violência, 03 disseram não conhecer, ficavam pensativas tentando recordar se conheciam. Quando solicitado para descrever como imaginária que seria, as entrevistadas logo diziam que só poderia ser algo relacionado com a violência que as mulheres sofrem no relacionamento abusivo, e iam descrevendo a dinâmica de um relacionamento, aproximando-se de como acontece as fases do ciclo no desenvolvimento do relacionamento afetivo entre casais. As que conheciam, disseram ouviram falar em campanhas na televisão, ações e atividades como o Dia Internacional da Mulher, “Agosto Lilás”<sup>2</sup> e outras que aconteceram na cidade pelo fim da violência contra a mulher e até em leituras que fizeram por interesse próprio.

A maioria em suas falas deixam claro que o relacionamento é abusivo, que os homens não mudam as suas atitudes causam a morte de algumas mulheres. Tais “[...] formas de violência doméstica podem ocorrer tanto no espaço doméstico e familiar quanto a partir de qualquer relação íntima de afeto, podendo o agressor conviver ou ter convivido com a mulher [...]” (ARBOIT *et al*, 2018, p. 507). A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multifacetado que está enraizado em diferentes aspectos da sociedade, incluindo normas de gênero, desigualdades emocionais e relações de poder.

Após as entrevistas, eu apresentei a todas as interlocutoras a já citada cartilha do programa “VIVER sem Violência é o direito de toda a Mulher, do meu acervo pessoal, que comenta a Lei Maria da Penha e mostra a imagem do “Ciclo” representado na figura 2. As que não conheciam, ficaram surpresas ao observaram que o que disseram fazia sentido em relação às fases do relacionamento. As que disseram que conheciam o “Ciclo”,

<sup>2</sup> “Agosto Lilás” é uma campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, executada no Estado de Mato Grosso do Sul por órgãos governamentais e não-governamentais, instituída por meio da Lei Estadual nº 4.969/2016, com objetivo de divulgar a Lei Maria da Penha, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre o necessário fim da violência contra a mulher, divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes. A campanha foi idealizada pela Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres e lançada em 1º de agosto de 2016, para comemorar os 10 anos da Lei Maria da Penha.  
Fonte: <https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Cartilha-2021.pdf>.

ênfatazaram a sua percepção e comentaram a importância de incluir outras fases ao “Ciclo da violência contra a Mulher”.

A cartilha do Programa “Viver sem violência é direito de toda mulher” foi elaborada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM-PR), e Instituto Patrícia Galvão no ano de 2015.



Figura 03. Cartilha. (BRASIL, 2015)

Na primeira página, inicia com a seguinte afirmação “Por que você precisa ler esta cartilha” (BRASIL, 2015, p.06). Faz o seguinte comentário:

A violência doméstica pode acontecer com qualquer mulher. Rica ou pobre, branca ou negra, jovem ou idosa, com deficiência, lésbica, indígena, vivendo no campo ou na cidade, não importa a religião ou escolaridade – toda mulher pode sofrer esse tipo de agressão.

Apresenta de forma objetiva e breve as informações que a leitora irá encontrar na cartilha, explicações sobre a violência contra as mulheres, porque a sociedade aceita que homens agridam as mulheres, comenta a Lei Maria da Penha, apresenta mecanismos para

a prevenção, dicas onde poderá procurar ajuda para quem sofre violência doméstica. Na página 14, mostra o que é o chamado “Ciclo da Violência”.

Segundo a cartilha (BRASIL, 2015), no relacionamento afetivo entre casais, doméstico, o artefato “Ciclo da violência” costuma se repetir, com acontecimentos de violência cada vez mais graves e espaços menores entre as fases. A compreensão do “Ciclo” que inicia da fase da “TENSÃO”, em seguida, vem a fase da “AGRESSÃO”, chegando na fase de fazer as pazes ou da “LUA DE MEL”, as fases que se manifestam buscam auxiliar as mulheres entenderem a dinâmica das relações violentas e a dificuldade de a mulher rompê-lo.

No decorrer da cartilha, são apresentadas perguntas e respostas sobre os direitos das mulheres pautadas na Lei Maria da Penha e quais procedimentos e atendimentos a mulher poderá buscar quando precisar. A seguir, apresento mais detalhadamente as informações desse artefato “ciclo”, inclusive citado outros meios em que ele aparece que não apenas a referida cartilha, para, então, analisar o seu currículo e pedagogia cultural.

#### **4. O ARTEFATO “CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” E A SUA PRODUÇÃO DE CURRÍCULO E PEDAGOGIA CULTURAL.**

O capítulo que se segue foi organizado em três grandes blocos, onde se encontra o artefato, o currículo e a pedagogia discutida dentro do trabalho, dentro do item artefato, será explicada e discutida os tipos de violência e as fases da violência doméstica, no segundo momento que é a discussão do currículo estará sendo apresentada o sentido de currículo dentro do “Ciclo de Violência Contra a Mulher”, como ele é visto, compreendido e trabalhado nesse processo, finalizando o capítulo com a pedagogia empregada dentro do “Ciclo da Violência Contra a Mulher”.

##### **4.1 Do Artefato**

O artefato é “um feito cultural”, isto é, um objeto físico ou uma criação humana que possui valor e significado dentro de uma determinada cultura. Esses artefatos podem ser tangíveis, como esculturas, pinturas, instrumentos musicais, roupas, utensílios domésticos ou ferramentas, ou podem ser intangíveis, como músicas, danças, histórias, lendas, rituais ou sistemas de crenças. Assim, os “[...] artefatos culturais não têm significados únicos, fixos e intocáveis, seu significado depende do que eles significam em determinado contexto” (DORNELLES, 2010, p 1020).

Os traços culturais são importantes porque refletem a identidade e os valores de um grupo ou sociedade. Eles podem transmitir conhecimento histórico, social e religioso, fornecer expressão artística, fortalecer a coesão social e preservar a memória cultural de uma comunidade. É nesse sentido que compreendo o “Ciclo de Violência Contra a Mulher” como um artefato cultural.

Considerando que:

a região fronteiriça acaba por criar uma dinâmica própria que, apesar de respeitar os tratados e documentos internacionais, também cria suas próprias leis que estão implícitas na sua dinâmica de funcionamento, leis que acabam por burlar o sistema e os próprios tratados sem, no entanto, se deixar clara. É uma dinâmica que apresenta características peculiares que interferem na constituição da sociedade que ali convive. (AGUILAR, 2017, p. 28).

Segundo a autora, o território acabou criando uma dinâmica própria e, respeitando os tratados e documentos internacionais, também promulgou suas próprias leis que estavam implícitas em sua dinâmica de funcionamento. É uma dinâmica de

caráter único que interfere na constituição das sociedades brasileira e boliviana que aqui vivem.

A primeira, é sobre uma atividade pelos “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”. No ano de 2013 a “Gerência da Mulher” recebeu o convite do prefeito da Província de Germán Bush, da cidade Puerto Suarez Bolívia, para fazer uma roda de conversa com as mulheres em situação de fronteira, sobre o trabalho da rede de atendimento à mulher de Corumbá frente ao combate à Violência contra as Mulheres. Lembro que foi no fim da tarde, chegando lá observei que além das mulheres do local, tinha alguns homens, que faziam parte do governo da prefeitura e outros eram maridos acompanhando as suas mulheres.

A minha gerente apresentou a rede de atendimento e eu falei sobre o projeto “Maria da Penha vai a escola”, que é um projeto que apresenta a Lei e as tipificações da violência de forma bem didática e objetiva. Já sabíamos que culturalmente as mulheres e crianças não tinham seus direitos respeitados nessa região da Bolívia e estavam começando a debater o tema, confesso que fomos com receio de falar sobre tema tão delicado. Comecei a falar a história da Maria da Penha, e a importância da sua luta pela lei, ia falando e observando a expressão dos participantes, quando comecei a falar dos cinco tipos de violência percebia que as expressões dos homens foram ficando mais sérias e algumas mulheres iam concordando (balançando a cabeça em sinal positivo).

Foi um momento tenso, quando terminei de falar, perguntei se alguém gostaria de comentar ou perguntar algo, ficaram todos em silêncio. Então agradei o convite e fui me sentar. A atividade foi encerrada e fomos convidadas a tomar um café, neste momento uma senhora veio perguntar onde era o CRAM, que tinha uma amiga que estava precisando de ajuda. A assistente social deu um panfleto com o endereço para ela, não sei dizer se essa tal amiga foi procurar atendimento no CRAM. Considero que, apesar do meu espanhol de iniciante, da tensão do momento, foi importante apresentar as fases do artefato do “Ciclo da Violência contra mulher” através da Lei Maria da Penha.

O CRAM, acolhe também as mulheres bolivianas que moram no município de Corumbá. Lembro que fiz a acolhida de uma boliviana que vou chamá-la de Dora, de mais ou menos 45 anos, tinha 2 filhos com o seu companheiro. Eles tinham um comércio em um ponto central de Corumbá, e a residência era no fundo da loja. A atendida foi encaminhada pela Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM), constando em seu B.O a

violência patrimonial e física. No acolhimento, Dora disse que o seu marido tinha pegado todo o dinheiro das vendas do mês, gastou tudo como sempre fazia. Mas dessa vez ela foi questionar e ele começou a dar tapas e socos no rosto e pelo corpo dela. Segundo ela, ele sempre foi agressivo e batia nela uma vez ou outra e isso era normal para ela. Mas se mudaram da Bolívia para cá. Toda vez que ele era agressivo alguns vizinhos iam defendê-la, conversavam com ele e as coisas se acalmavam, um dia desses os vizinhos chamaram a polícia, ele foi detido e Dora foi encaminhada para a DAM, onde registrou um B.O e foi encaminhada para o CRAM.

Naquele atendimento eu aprendi na prática que a Lei Maria da Penha também se estendia às mulheres bolivianas, e ela teria o atendimento da rede de proteção a mulher do município. O “Ciclo da Violência Contra a Mulher” estava acontecendo há alguns anos na vida da Dora, e ela só foi conhecer e entender nos atendimentos realizados no CRAM. Ela dizia que no seu país é normal a mulher trabalhar e o homem gastar todo o dinheiro, segundo as suas escolhas, e apanhar sem intervenção de ninguém, porque lá não tem uma lei que proteja elas. Dora foi a alguns atendimentos agendados e não voltou mais. Na busca ativa da assistente social, descobrimos que ela estava novamente com o marido, e ambos estavam trabalhando na loja. Nos atendimentos não dizíamos que as mulheres deveriam largar seus maridos, que mesmo voltando para o relacionamento, era importante continuar os atendimentos, que elas poderiam voltar quando quisesse. O atendimento às mulheres bolivianas ou brasileiras entra nos dados que alimentam os relatórios de atendimento as mulheres do estado do MS.

O Mapa do Femicídio do Mato Grosso do Sul de 2020, aponta dados analisados sobre a violência contra a mulher no estado, do ano de 2015 a 2019. Apresentam-se os dados em três categorias, que são, a “[...] violência doméstica, feminicídios e violência sexual (estupro) – observando que os crimes de violência doméstica, destacam-se por sua maior incidência a lesão corporal dolosa e a ameaça[...]” (MS, 2020, N.P). A análise desses dados pode ajudar a entender a extensão da violência contra a mulher em um determinado estado ou região, visto que as três categorias se relacionam conforme as fases do “Ciclo da violência”.

Os dados analisados no Mapa do Femicídio do Mato Grosso do Sul (2020) são referenciados nos artigos 5º e 7º da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), de acordo com a tipificação dos cinco tipos de violências, que são mencionados no “Ciclo da Violência contra a Mulher” (BRASIL, 2015, p.14) apresentado na cartilha do programa de enfrentamento a violência doméstica contra as mulheres. O artefato “Ciclo da Violência

contra a Mulher”, conforme já anunciado, está relacionado diretamente com os cinco tipos de violência tipificados na Lei Maria da Penha. Essas violências são apresentadas nas fases do ciclo que são divulgadas em cartilhas, meios de comunicação que fazem parte dos programas e campanhas da rede de proteção as mulheres, possibilitando às mesmas conhecerem e identificar essas violações de direitos em suas relações afetivas e na representação das fases do referido ciclo. Esses tipos de violência são:

1. **Violência Física:** Refere-se a qualquer conduta que cause danos físicos ou lesões ao corpo da mulher. Inclui agressões como bater, socar, chutar, mover, estrangular, entre outros atos violentos que causam lesões.
2. **Violência Psicológica ou Emocional:** Caracteriza-se por qualquer ação que cause danos emocionais e psicológicos à mulher, com o objetivo de diminuir sua autoestima, controlar suas ações e minar sua confiança. Isso pode envolver ameaças, humilhações, intimidações, xingamentos, canções emocionais, entre outros comportamentos abusivos.
3. **Violência Sexual:** Abrange qualquer ato sexual não consentido, coerção sexual, violação, abuso sexual, exploração sexual e qualquer outra forma de violência que viole a integridade sexual da mulher.
4. **Violência Patrimonial:** Refere-se à ação que busca controlar, reter ou destruir os recursos financeiros e patrimoniais da mulher, incluindo bens, documentos, instrumentos de trabalho e herança. Isso pode incluir restrição ao acesso a dinheiro, controle excessivo das finanças, destruição de bens pessoais e outros comportamentos que prejudicam o patrimônio da vítima.
5. **Violência Moral:** Enquadra atos que têm o objetivo de caluniar, difamar ou injuriar a honra e receber da mulher. Isso pode ocorrer tanto no ambiente doméstico quanto em outros contextos sociais, como no local de trabalho ou nas redes sociais.

Esses tipos de violência, conforme definidos pela Lei Maria da Penha, visam abranger diversas formas de abuso que podem ocorrer no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, e lei tem o objetivo de garantir a proteção e a justiça para as vítimas.

A Lei Maria da Penha é uma legislação importante que busca proteger os direitos das mulheres e garantir que a violência contra elas seja tratada como um crime grave. Ela

estabelece medidas protetivas e punitivas para os agressores, bem como espera a criação de manipulação e serviços para apoiar as vítimas e promover a igualdade de gênero.

A rede de atendimento a mulher em Corumbá, segundo me lembro, era muito forte e muito bem articulada. As mulheres atendidas eram acompanhadas pela assistente social do CRAM a todos os órgãos que ela necessitasse de ajuda, como registrar um novo Boletim de Ocorrência (B.O) ou solicitar medida protetiva na Delegacia da Mulher. A medida protetiva é uma determinação do juiz para que o agressor não se aproxime da mulher. Lembro que a maioria das mulheres registravam o B.O, mas não solicitavam a medida protetiva, a maioria não via a necessidade, outras tinham receio, pois o agressor poderia ficar com mais raiva delas quando fosse notificado da determinação do juiz.

Apesar de todo esse movimento das entidades civis e governamentais, em socializar essas políticas para a mulher, como exemplo a Lei Maria da Penha que está em vigência há mais de 10 anos, ainda poderemos encontrar mulheres que desconhecem os seus artigos principais, levando-as a não entender e não identificar os tipos de violência sofrida, em que na maioria das vezes continuam por anos vivendo a mesma relação, não atestando os seus direitos assegurados. Portanto:

[...] a consolidação da política para as mulheres, tal como política pública, necessita ainda superar desafios para além dos avanços legais, que sozinhos não dão conta de transformar as práticas ideológicas de comportamentos e atitudes discriminadoras seculares, em políticas públicas de Estado compromissadas com a sociedade (MORAES; SILVA, 2011, p. 14).

As mulheres acolhidas eram convidadas a comparecer ao CRAM para os atendimentos psicológicos e/ou o grupo de mulheres. O grupo de mulheres era composto por todas as atendidas e a cada encontro a pedagoga ia desenvolvendo um tema. Era nesse momento que apresentávamos a Lei Maria da Penha, o artefato do “Ciclo da Violência contra a Mulher”, e sobre o direito e a importância de solicitar a medida protetiva.

Atualmente, pode-se encontrar disponível na internet várias imagens de representação do artefato do “Ciclo”, na maioria das vezes são das ações, programas de alguns estados que estão trabalhando no combate à violência contra as mulheres. Em termos de estética, o artefato do “Ciclo da Violência” caracteriza-se com cores e símbolos que representam a dinâmica do relacionamento entre casais. A imagem abaixo já apresenta o artefato com cores diferentes da figura apresentada na cartilha do ano de 2015, imagens de soco, raio e um coração, todos em preto e branco. Nesta imagem, em cada fase apresentada,

podemos ler quais são as atitudes que acontecem na dinâmica do relacionamento entre casais.

---

FIGURA: Ciclo da violência contra a mulher



Fonte: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/07/20/saiba-como-denunciar-casos-de-violencia-domestica-no-maranhao.ghtml>

Figura 04.

Portanto,

É uma forma muito comum da violência se manifestar, geralmente entre casais. Compreender o ciclo de violência ajuda a entender a dinâmica das relações violentas e a dificuldade da mulher sair dessa situação. Ele começa com a fase da tensão, em que as raivas, insultos e ameaças vão se acumulando. Em seguida, vem a fase da agressão, com o descontrole e uma violenta explosão de toda a tensão acumulada. Depois, chega a fase de fazer as pazes (ou da 'lua de mel'), em que ele pede perdão e promete mudar de comportamento, ou então finge que nada aconteceu, mas fica mais calmo e carinhoso e a mulher acredita que aquilo não vai mais acontecer. (BRASIL, 2015, p.14).

Essas fases descrevem uma dinâmica recorrente que tende a se repetir ao longo do tempo, mantendo a vítima presa em um ciclo de abuso. As três fases principais são:

1. Fase da Tensão: Nesta fase inicial, a tensão começa a se acumular no relacionamento. O agressor pode se tornar mais irritado, controlador e ciumento. A vítima pode perceber que o comportamento do agressor está mudando e tenta

evitar conflitos ou acalmar a situação para evitar a escalada da violência. Durante esta fase, uma vítima pode sentir-se ansiosa, insegura e tensa, à espera de uma possível explosão de violência.

2. Fase da Explosão: Na fase de explosão, ocorre a manifestação da violência física, emocional, verbal ou sexual. O agressor descarrega toda a tensão acumulada na vítima, desencadeada em atos de agressão, abuso, humilhação ou violência. Essa fase é caracterizada por um pico de comportamento violento por parte do agressor. Uma vítima pode sofrer lesões físicas e emocionais durante esta fase.
3. Fase da Lua de Mel ou Reconciliação: Após a fase da explosão, o agressor muitas vezes demonstra remorso e arrependimento por seu comportamento violento. Ele pode se desculpar, mostrar afeto, oferecer presentes e prometer mudar. Essa fase é conhecida como "lua de mel" porque o agressor tenta reconquistar a vítima, que pode se sentir confusa, esperançosa e acreditar que as promessas de mudança são genuínas. A vítima pode até tentar justificar o comportamento do agressor e acreditar que ele irá melhorar. (IMP, Instituto Maria da Penha, 2024).

Depois da fase da lua de mel, o ciclo recomeça com a fase da tensão, e o padrão se repete. A duração de cada fase pode variar, e algumas vítimas podem ficar presas no ciclo de violência por um longo período antes de buscar ajuda ou sair da situação abusiva.

Durante o desenvolvimento do trabalho, pude recordar-me de quando tomei conhecimento da existência do “Ciclo da Violência” no ano de 2008, em uma atividade realizada pela *Gerência de Articulação de Políticas para a Mulher*, na campanha dos 16 dias de Ativismos pelo fim da violência contra as mulheres<sup>3</sup>, ministrada pela própria Maria da Penha, fazendo uma avaliação sobre os 02 anos da criação da “Lei Maria da Penha”. Foi um momento de muita emoção, aprendizagem em ver e ouvir toda a sua história de militância pelo fim da violência contra as mulheres, enfatizando a importância de divulgar a Lei para todos, principalmente para as mulheres, ressaltando a relevância de como acontece as fases do “Ciclo da Violência”.

---

<sup>3</sup> Os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres é uma campanha anual e internacional que começa no dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro a 10 de dezembro. Foi iniciada por ativistas no Instituto de Liderança Global das Mulheres, em 1991, e continua a ser coordenada anualmente pelo Centro para Liderança Global das Mulheres. É uma estratégia de mobilização de indivíduos e organizações, em todo o mundo, para engajamento na prevenção e na eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

Entre os anos de 2013 e 2016, por meio de um convite, pude trabalhar na Secretaria municipal de Assistência Social e Cidadania, na *Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres*, com projetos voltados para atender as especificidades da região de fronteira, e ações e mobilizações apresentadas no calendário nacional da *Secretaria de Políticas para as Mulheres* e do calendário estadual da subsecretaria de Políticas Públicas para as mulheres, vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST).

A rede de atendimento as mulheres,

[...] é parte da Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, contemplando o eixo da Assistência. Este objetiva garantir o atendimento humanizado e qualificado por meio: da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados e da articulação entre os governos – Federal, Estadual, Municipal, Distrital – juntamente com a sociedade civil, para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres [...]” (LISBOA; ZUCCO, 2022, p. 4).

Portanto, a rede de atendimento trabalha atividades alusivas como o oito de março dia Internacional da mulher, agosto Lilás, enfatizando a Lei Maria da Penha, 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Todas as essas ações me permitiram conhecer mais a fundo o programa nacional “Viver sem violência é direito de toda a mulher<sup>4</sup>”, pois o programa enviava diversos materiais impresso a ser utilizado nas ações como as cartilhas que apresentava o resumo da Lei e as fases do “Ciclo da Violência”.

Pois,

Sua abrangência a torna uma política ampla de enfrentamento à violência, exigindo, para sua implementação, a articulação dos três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – nos três níveis de governo federal, estadual e municipal. (NOTHAFT; LISBOA, 2021, p. 5).

Esse programa tinha por objetivo combater a violência contra as mulheres em muitos países. Muitas nações implementaram políticas e programas para proteger os direitos das mulheres e combater a violência de gênero. estabelece o controle para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, esta “[...] conquista representa o que pode ser nominada como uma vitória da luta encabeçada pelo

---

<sup>4</sup> O Programa “Mulher, VIVER sem Violência” foi lançado em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013.

movimento feminista brasileiro (VASCONCELOS, 2015, p. 160). Além disso, o país também possui uma Central de Atendimento à Mulher (Disque 180), um serviço telefônico gratuito que oferece apoio e orientação às mulheres em situação de violência. As “[...] Recomendações e Diretrizes, editadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2008, visam apresentar conceitos, atribuições e objetivos desses serviços à luz da Lei 11.340/2006 [...] (NOTHAFT; LISBOA, 2021, p, 7).

O Centro de Referência e Acolhimento à Mulher possui equipe capacitada e sensibilizada sobre a questão da violência de gênero, disponibiliza assistência jurídica e psicossocial às mulheres da região de fronteira que sofreram violência.

Na acolhida eu precisava ir respondendo um questionário com todos os seus dados pessoais, sociais e dados das agressões sofridas. Lembro que uma das primeiras atendidas era uma jovem de 18 anos, mãe de 03 crianças, os dois menores eram filho do seu marido, uns 15 anos mais velho que ela. Ela chegou com o rosto e braços todos marcados, com a filha menor no colo, chorava muito ao relatar o ocorrido. A psicóloga do Centro perguntou para ela se poderia pegar a filha e levar para brincar no espaço que tínhamos para crianças. Enquanto ela conversava comigo, a filha saiu e continuamos a conversar, foram mais ou menos uma hora e meia de conversa que, para mim, pareceu mais de 5 horas.

Segundo Lins (2020), no relato das agressões sofridas por algumas mulheres vítima de violência doméstica e familiar, observou-se dois pontos, o primeiro é que muitas delas não têm a percepção de além de sofrer a violência física, também vem sofrendo os outros tipos de violência contra a mulher, tipificada na Lei Maria da Penha, como a patrimonial, sexual, moral e a psicológica, onde todas são igualmente consideradas como crime, violando os direitos da mulher.

O segundo ponto, é a explanação da dor causada ao ouvir as ofensas e insultos, proferidos pelos seus agressores, a recorrência das humilhações, ficando claro o quão nocivo é a violência psicológica devido ao relato de duas mulheres que disseram as “Cicatrices na alma são eternas”, me contou uma mulher ao descrever as agressões verbais sofridas durante sua relação conjugal. “É menos doloroso apanhar do que ouvir certas coisas”, me explicou outra mulher” (LINS, 2020, p. 8).

Albuquerque (2020), corrobora:

O fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher permaneceu durante décadas como pertencente unicamente ao âmbito privado, pois a família era concebida como uma unidade privilegiada e idealizada. Dessa forma, o Estado só poderia intervir em situações de violência no espaço público, ficando o lar sob a responsabilidade do

chefe e provedor da família. Assim, a mulher que sofresse agressão dentro de sua própria casa não possuía nenhum respaldo na lei ou rede de apoio social, devendo permanecer subserviente ao esposo. (ALBUQUERQUE, 2020, p. 3).

É importante destacar que as vítimas de violência doméstica enfrentam uma série de desafios para sair desse ciclo, como medo, dependência emocional, falta de recursos financeiros, pressões sociais e até mesmo o risco de retaliação pelo agressor. Portanto, é fundamental oferecer apoio, proteção e recursos para ajudar as mulheres a saírem desse ciclo e reconstruírem suas vidas de maneira segura e saudável.

Na maioria dos casos de violência, a mulher não denuncia, não recorre a Lei Maria da Penha, enfim, não se apropria dos seus direitos, por não querer a separação do esposo (o), namorado (a), companheiro (a), pois “Nem tudo que é violência para a percepção da vítima é crime [...]” (LINS, 2020, p. 11).

Na preparação para acolhimento diziam que precisaríamos ser fortes, ser atenciosa, tentar não chorar. Confesso que, neste atendimento, eu não consegui me segurar, chorei junto com ela quando me relatou que o marido estava com ela há mais ou menos uns 5 anos, que moravam no sítio e fazia uns dois anos que ele alugou uma casa na cidade de Ladário, ele era estúpido e as vezes tratava um pouquinho mal. A discussão e agressões aconteceram porque ela descobriu que ele tinha outra esposa e outros filhos. Para que ela não fosse procurar ajuda, ele pegou suas roupas e todos os documentos e fez uma fogueira no quintal, saiu da casa e deixou todos trancados. Por medo, ficaram algumas horas sem pedir ajuda para os vizinhos, que ao ouvir os gritos dela arrombaram a porta e os levaram para a delegacia, de lá foram encaminhados para o CRAM.

Fomos acompanhando e encaminhando ela e filhos para os atendimentos que a rede de apoio e proteção oferece atendimento psicológico para os filhos, atendimento com a defensora pública, encaminhamento para segunda via de documentos e todos os projetos e programas oferecidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), mas depois de alguns meses ela voltou a se relacionar com ele e não quis mais continuar nem com o atendimento psicológico. Este caso está bem vivo em minha memória.

A cada acolhida ia aprendendo a conversar tranquilamente, tentando deixar a mulher atendida calma, assim poderia ir respondendo às perguntas do questionário sem ser invasiva.

Souza et al (2021, p.9) acreditam que o acolhimento é o primeiro passo quando as mulheres relatam suas experiências de violência, é compreensível que possa enfatizar as atitudes do agressor e os efeitos emocionais, sociais e físicos que enfrentaram, em vez

de categorizar as fases do “Ciclo”. Cada situação é única, e o mais importante no momento é garantir que as vítimas sejam ouvidas, respeitadas e apoiadas em suas necessidades e decisões para saírem de relacionamentos abusivos e reconstruírem suas vidas de forma segura.

Ao ouvir o relato dessas mulheres durante a acolhida, observava que o artefato do “Ciclo da Violência contra a Mulher” era anunciado segundo a percepção da violência sofrida por elas. Visto que, relatavam as atitudes do agressor sem tipificar os tipos de violências e as fases que iam ocorrendo, pois segundo a cartilha, o “Ciclo” é um modelo que descreve um padrão comum de comportamento em muitos relacionamentos abusivos. Esse “Ciclo” é caracterizado por três fases distintas que tendem a se repetir ao longo do tempo, mantendo a vítima presa ao ciclo de abuso.

Conhecendo a cartilha e os tipos de violência, para mim era fácil entender a dinâmica do relacionamento a partir das respostas durante as entrevistas, já fazia a anotação no questionário do atendimento de qual era o tipo de violência sofrida. Me chamou a atenção que o modelo padrão do artefato do “Ciclo” não acontecia de modo igualitário as fases de tensão e agressão

Essas observações puderam ser feitas, a partir das respostas das acolhidas sobre o artefato do “Ciclo da Violência contra a Mulher”, me fizeram refletir que, quando as mulheres falavam sobre as atitudes do agressor sem tipificar as fases do ciclo ou os tipos de violências sofridas, poderia ser resultado de várias razões. Elas poderiam não estar cientes do conceito do “Ciclo da Violência” e, portanto, não percebiam a repetição do padrão. Além disso, algumas vítimas poderiam ter dificuldade em identificar claramente cada fase do “Ciclo”, pois a violência pode ser gradual e sutil, tornando difícil a percepção dos padrões.

## **4.2 Do currículo**

A teoria pós-crítica busca desafiar as estruturas de poder e as desigualdades presentes no currículo tradicional, questionando as noções de neutralidade e objetividade do conhecimento. Ela reconhece que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdo a serem ensinados, mas também é influenciado por valores, ideologias e interesses políticos. Sendo assim, o “currículo envolve também as atitudes e os valores transmitidos pelas relações sociais [...]” (BANDEIRA; VELOZO, 2019, p.1026).

Helena (2022, p. 70), diz que:

O currículo produz o social. Ele se volta para o conhecimento que produz pessoas a fim de administrar vidas. Para se governar, por exemplo, seria necessário conhecer a si próprio. É possível afirmar que o conhecimento em seu fim é um ideal, e que o currículo é aquilo que fazemos com a coisa em si. O currículo deve ser visto como aquilo que nós fazemos com as coisas, mas também é sobre aquilo que as coisas fazem com nós mesmos. É sobre ação e seus efeitos.

Neste sentido, o currículo é entendido como um espaço de luta e contestação, onde diferentes vozes e perspectivas são valorizadas, pois o “currículo nos ensina posições, gestos, formas de se dirigir às outras pessoas (às autoridades, ao outro sexo, a outras raças) [...] (SILVA, 2013, p. 197). Neste sentido, Lena nos diz como se sentia e agia dentro do relacionamento com o seu ex-marido:

No dia de hoje ainda assim eu acho que as coisas ficaram mais fácil né, porque antigamente a gente não podia fazer esporte, falava com medo né. E quando um homem fala para uma mulher que ela deve fazer, como vestir uma roupa né, não usar uma maquiagem, e a falta de Liberdade, a mulher não tem liberdade de fazer o que é de uma mulher, mas proíbe disso proibido daquilo. (Transcrição de áudio).

Para Lena, fica claro que na sociedade, curricularmente por meio da cultura, enfatizam que os homens são fortes e controlam, enquanto as mulheres são vistas como submissas e resistentes, criando expectativas rígidas sobre como homens e mulheres devem se comportar, e essas normas de gênero frequentemente perpetuam estereótipos prejudiciais. Essas expectativas podem contribuir para a justificativa da violência contra as mulheres como uma forma de "dominar" ou "controlar" seu comportamento.

A noção de currículo utilizada aqui critica aquelas que aponta para as noções de neutralidade e objetividade do conhecimento, argumentando que o conhecimento é socialmente construído e influenciado por valores, ideologias e relações de poder. Assim, o currículo é um conceito mais amplo e abrange todas as experiências de aprendizagem e conhecimento que uma pessoa adquire ao longo da vida, seja formalmente nas escolas ou informalmente em outros contextos sociais, culturais e familiares.

No que se refere ao conteúdo curricular do artefato aqui em questão, Bruna diz:

Eu cheguei ao conhecimento desse ciclo através de estudo, depois eu comecei a trabalhar no setor na área de assistência de assistência social. Eu comecei a conhecer um pouco mais e foi onde ampliou o meu conhecimento, a visão, e eu cheguei à conclusão que eu sofri uma parte, eu vivi uma parte desse ciclo, só que ele foi quebrado, não chegou até a violência física mais uma parte da psicológica sim. (Transcrição de áudio).

Lucia, em relação ao acesso ao conteúdo do “ciclo”, afirma:

Então esses movimentos que têm tido de esclarecimento, né. Após a divulgação dessa lei Maria da Penha, que me esclareceu muita coisa, porque pra mim violência contra a mulher era só o marido chegar e bater na mulher. Eu fui compreendendo que não é só isso e fui vendo que também sofria violência, a psicológica por parte do meu ex-marido. (Transcrição de áudio).

Lúcia comenta que levou anos para entender que sofria violência doméstica, situação que a sua filha caçula já aprendeu que homem não deve bater a mulher, mas respeitá-la. Disse que a filha a acompanha nas ações do CRAS sobre a violência contra a mulher. Tanto que após a nossa entrevista, a filha gravou um vídeo dizendo:

Chega de fingir que não vê, não escuta, porque foi um prazer seu. Chega de entender quando o cara quebra tudo, e ainda diz que não doeu, só porque é homem merece desconto? Ah, mas ele bebe, mas ela pede, ele pode! Chega de desculpa, Denuncie (Transcrição de áudio).

Pensávamos que ela, a filha de Lúcia, estava dormindo no quarto ao lado, mas ouviu toda a nossa conversa e comentou com a mãe sobre o tema e gravou o vídeo, que chegou até mim pelo *WhatsApp*. Ao assistir o vídeo me emocionei com as suas palavras. Uma criança, de aproximadamente 9 anos, já está entendendo sobre violência contra a mulher. Isto é, já está tendo acesso ao conteúdo curricular do artefato aqui analisado.

Portanto, compreendo o “Ciclo da Violência contra a Mulher” como um artefato cultural, logo, tem currículo e pedagogia cultural. Visto que vem produzindo currículo através da dinâmica da relação entre casais, da manifestação das fases da violência, essas relações de poder estão presentes na produção e disseminação do conhecimento. reconhece que as formas tradicionais de currículo muitas vezes refletem e reforçam as perspectivas dominantes da sociedade. A violência é um problema complexo e enraizado em várias culturas ao redor do mundo, e entender seu currículo cultural é fundamental para abordar efetivamente o tema. Os currículos, além da produção, são sempre adquiridos através do seguinte processo: significado discursivo, simbólico e político, “[...] pois nos educa e nos faz lembrar de que gênero concerne às formas com que, historicamente, mulheres e homens têm aprendido seus distintos lugares sociais” (MAKNAMARA, 2020, p. 9).

Neste sentido, o currículo do artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher” refere-se à forma como a sociedade, ao longo do tempo, tem construído e perpetuado crenças, normas, estereótipos e comportamentos que justificam, toleram ou até mesmo encorajam

a violência dirigida especificamente às mulheres. É importante destacar que a violência contra a mulher não é um fenômeno natural, mas sim uma construção social. Visto que, “[...] a violência deve ser compreendida em sua diversidade e complexidade de relações que são historicamente construídas, envolvendo as diferentes realidades da qual a sociedade é composta (social, econômica, ética e política) [...]”. (AGUILAR, 2017, p. 24-25).

Ao desafiar essas estruturas, a teoria pós-crítica busca incorporar perspectivas e experiências marginalizadas, questionar narrativas dominantes. Ela defende a importância de promover a diversidade cultural, étnica, de gênero, de orientação sexual e outras formas de identidade, reconhecendo que o conhecimento e as experiências desses grupos têm valor e contribuições para a sociedade. Como dito anteriormente, quando falamos sobre currículo, não estamos nos referindo apenas ao que é ensinado nas escolas e instituições educacionais, mas “[...] que está em ação e que encarna questões sobre política cultural e identidade cultural, há como expandir as discussões sobre currículos para múltiplas direções” (HELENA, 2022, p. 71).

Ao pesquisar a relação entre homem e mulher, em muitas culturas, as mulheres historicamente ocuparam posições de poder e status social inferior aos homens. Aqui no “[...] Brasil, a violência contra as mulheres é pautada em um histórico cultural patriarcal e androcêntrico [...]” (SOUZA, et al, 2020, p. 2). Isso cria uma dinâmica em que os homens são vistos como superiores e têm mais controle sobre a vida das mulheres. A violência pode ser usada como uma forma de exercício desse poder e controle sobre as mulheres.

Louro (2010), corrobora que essas relações sociais entre os gêneros feminino ou masculino, são estabelecidas e codificadas dentro do contexto cultural de um determinado lugar, onde “[...] elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”. (LOURO2010, p. 11). Assim, essa ideia de socialização leva a:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia

de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, 1995, p. 103).

Neste contexto, nas práticas sociais de homens e mulheres, observa-se que o poder exercido entre ambos, movimenta-se, circula entres os sujeitos, pois os “[...] homens teriam o poder de Estado, o poder político, o poder das decisões e do espaço público, e as mulheres teriam os poderes informais, os poderes domésticos, dos bastidores, das influências, etc” (LOURO, 1995, p. 118).

Tratando da dinâmica curricular da relação entre casais, apresento um trecho da entrevista com a Bruna, respondendo o que é violência para ela:

Quando era casada com meu ex-marido, ele não gostava que eu pegasse o ônibus ou até mesmo carona com homem principalmente e nem com mulher, ele não admitia. Só que também ele nunca se negou aí me buscar, me pegar em qualquer outro lugar queria que ligasse e ele ia buscar ele não gostava que eu andasse de carro com ninguém. Acaba sendo uma violação, e hoje eu tenho conhecimento. (Transcrição de áudio).

Lúcia também expõe algo de curricular nesse sentido:

Eu achava que aquilo lá era o jeito dele né? Dele ser mais rígido, que coloca a autoestima da mulher pra baixo, né. Às vezes um empurrão palavra mal falada na frente dos outros, que te humilha, que te deixa mal. (Transcrição de áudio).

Essas experiências narradas nas entrevistas contextualizam parte das relações que, de alguma forma, estão curricularmente presentes no artefato “ciclo”. Mas, esse estudo, possibilitou-me ampliar as noções curriculares para além dele mesmo, isto é, por exemplo, do artefato apresentado em cartilhas, mídia em geral ou anunciados em ações com mulheres. Nesse sentido, ao perguntar se Lena conhecia a Lei Maria da Penha, ela diz que conhece o “que é divulgado apenas, né”. A entrevistada se refere ao que conheceu na através da televisão e das palestras e atividades que participou no CRAS, em que ressaltaram que existe uma lei que visa proteger as mulheres das violências.

Lena aproveita para comentar sobre a divulgação da lei dizendo:

Mas divulgação para evitar que aconteça o pior né, mas tem pessoas que nem celular tem, então não sabe da violência, não sabe nem como se expressar, como denunciar e nem para quem vai denunciar, né. Tem pessoas que por exemplo, assisti uma televisão, mas não tá nem entendendo direito que tá falando porque eu às vezes também, e eu reclamo muito disso, às vezes eu tô assistindo uma reportagem e eles falam palavras que tem pessoas que não tem estudos. Que geralmente são essas mulheres daqui que sofre violência. Tem pessoas que não têm

de conhecimento, e o cara lá tá falando da vida dela. Então, eu acho que deveria falar mais claramente, falar mais para elas entenderem. Assim, falar para criança na escola né, aí eu acho que deveria, as crianças saíram dali já preparado principalmente meninas né. Eu quando era menina porque eu estudei no colégio de freira, falava tudo claramente mesmo sobre o abuso de criança, não deixa fazer isso, não deixa fazer aquilo com vocês e hoje em dia é proibido falar isso assim. (Transcrição de áudio).

Sobre o “Ciclo” Lena diz:

Esse é “Ciclo” começa quando ele chega em casa alterado e fala coisas pra mulher, chama de nome feio, fala que ela não é uma boa dona de casa. E aí, da outra vez ele já chega com outro tipo de agressão, para mim é uma cadeia que vai subindo. (Transcrição de áudio).

Para a entrevistada, o “Ciclo” começa na tensão e vai aumentar gradualmente no relacionamento. Pequenos conflitos, discussões e atitudes controladoras por parte do companheiro podem ser evidentes, pois “a violência perpetrada por parceiro íntimo pode assumir muitas formas, variando desde intimidações psicológicas até episódios fatais de violência física”. (SÁ, 2011, p. 45). A mulher pode sentir-se tensa, ansiosa e constantemente tentando evitar situações que podem experimentar a violência. Lena faz uma pausa, respira e lembra que passou por isso quando esteve casada.

Eu sofri muito tempo, mas assim no dia que eu falei chega para você ter uma ideia eu tinha 24 anos, são 40 anos que isso aconteceu comigo e quando eu separei eu tinha 24 anos eu fui casada durante sete anos aí no dia que eu falei chega eu fui embora. Ele me seguiu, me perseguia no serviço, trabalhava de faxineira, de lavadeira, de doméstica, ia na porta do meu serviço para me xingar, esculhambar fazer a patroa me mandar embora, dizendo que eu não prestava queria tomar o marido dela, e a mulher me mandou embora, eu não parava no serviço. Terminei meus estudos tem pouco tempo, eu entrei várias vezes na escola, mas eu não dava continuidade porque ele ia na porta da escola e me xingar, e a diretora da escola teve que chamar a polícia na escola. (Transcrição de áudio).

O "Ciclo da Violência contra a Mulher" é um artefato que descreve o padrão recorrente de comportamento em muitos relacionamentos abusivos. É importante observar que esse ciclo não é uma regra universal e nem todos os relacionamentos abusivos se encaixam exatamente nesse padrão. No entanto, ele pode ser útil para entender como a violência se perpetua em alguns casos, pois é [...] um tipo de relação social historicamente delimitada, culturalmente legitimada e cultivada, na qual a mulher está exposta a agressões objetivas e subjetivas, tanto no espaço público como no privado” (LUCENA *et al.*, 2016, p. 2).

Para Foucault (2004), todos estão rodeados pelas relações de poder, pois:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Albuquerque (2020), em sua dissertação descreve que em uma relação abusiva, a mulher perde ou tem sua autonomia muitas vezes restringida pela subjetividade marcada pela dinâmica da socialização da relação. Assim, pode transcorrer, entre outros pensamentos, que seja a culpa pelas atitudes do companheiro e que sua agressão não foi proposital.

Renata acredita que:

A violência não é só pelo gênero, ocorre qualquer tipo de violência em qualquer situação. É inadmissível e principalmente de gênero, quando o homem acha que pode né. Eu acho que o diálogo é mais importante, a questão da violência não é legal para ninguém, para mulher acredito que seja bem mais complicado esses em relação à violência. (Transcrição de áudio).

Para a Renata, a violência acontece não só pela questão de gênero, a violência acontece na vida de todos. Segundo o dicionário, a palavra violência (FERREIRA, 1999), implica a qualidade da violência; o comportamento Violação; constrangimento físico ou mental; usado para força; força. reflexão sobre a violência em geral pode nos levar a encontrar um significado comum socialmente. Já a violência doméstica está relacionada a dinâmica dos relacionamentos entre casais frente ao artefato do “Ciclo da Violência”. No relacionamento pode haver discussões constantes, abuso verbal, insultos, humilhações e comportamento controlador por parte do agressor. A mulher muitas vezes sente que está "pisando em ovos", tentando evitar desencadear a raiva ou a violência do parceiro, esses padrões se repetem e como a violência é muitas vezes seguida por um período de reconciliação, tornando o ciclo difícil de ser rompido.

Sobre o “Ciclo”, Renata diz:

Eu imagino que seja o círculo, mas eu não lembro de ter ouvido falar, seria esse ciclo que passa pro filho, filha vendo a mãe sofrer violência e ela também futuramente vai se sujeitar a mesma situação, como um ciclo a filha está observando que tá acontecendo ali e aí vai ela vai crescer e vai passar a viver aquela mesma situação, o ciclo vai só mudando de pessoa, ela vai aceitar né, talvez ache que isso seja natural. Os homens vão observando a gente, percebem que você vai aceitar e

começa, se você é uma pessoa que não vai aceitar isso pode te tratar diferente. (Transcrição de áudio).

Podemos considerar que em algumas culturas, a violência contra as mulheres pode ser normalizada ou justificada. Expressões como "bater em uma mulher é mostrar que você a ama" ou "ela estava pedindo por isso por causa de como estava vestida" são exemplos de atitudes que minimizam ou desculpam a violência contra as mulheres, essa “[...] violência sofrida afeta e interfere em suas vidas nas esferas do convívio social, saúde psicológica, qualidade de vida e ocupação profissional” (FONSECA, et al, 2012, p. 307). Visto que em algumas sociedades, não há um ensino adequado sobre igualdade de gênero, direitos das mulheres e relações saudáveis. Isso pode levar a crenças arraigadas de que a violência contra a mulher é aceitável ou inevitável.

Bruna diz:

Comecei a trabalhar na área de assistência social, eu comecei a conhecer um pouco mais sobre o ciclo, foi onde ampliei assim o meu conhecimento e visão. Eu cheguei à conclusão de que eu sofri uma parte desse ciclo, só que ele foi quebrado e não chegou até a violência física, mas uma parte da psicológica sim. (Transcrição de áudio).

Analisando as entrevistas, na perspectiva da teoria pós-crítica, o “Ciclo da Violência contra a Mulher” é uma construção social que ajuda a dar sentido às experiências de violência que muitas mulheres vivenciam em relacionamentos abusivos. Visto que é importante entender essas fases do artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher” para que as vítimas possam identificar os padrões abusivos em seus relacionamentos. Observando que o currículo, contribui para a construção da identidade dos sujeitos e para a compreensão das dinâmicas sociais, incluindo aquelas relacionadas à violência contra a mulher. Visto que as “[...] formas como elas dão significado à violência doméstica não são ainda totalmente conhecidas e compreendidas de maneira sistematizada [...]” (LUCENA, et al, 2016, p. 5). Destacando que algumas das entrevistadas reconheceram que viveram as fases do “Ciclo”, após conhecer e entender essas fases.

### **4.3 Da pedagogia**

O conhecimento é permanente, e poderá ser aprendido tanto nas instituições formais, bem como em outros espaços, em qualquer ambiente e instituições que promovem eventos de diversos segmentos, respeitando e compartilhando a cultura e valores do lugar. Pois, o método “[...] de educação permanente, diferentes instituições e

espaços (inclusive revistas femininas!) estão ativa e profundamente implicados com práticas e experiencias que visam ensinar algo”. (ANDRADE, 2017, p. 4.).

Atualmente, novos estudos apresentam discussões no campo da cultura, da pedagogia e da educação.

Visto que a:

Pedagogia Cultural não é simplesmente uma nova expressão que conecta pedagogia e cultura, mas reitera uma importância significativa conferida às questões culturais no campo pedagógico. Denominar uma “pedagogia” como “cultural” vai além da justificativa teórica, já que é constitutiva de saberes e produz conhecimentos sobre os sujeitos. É um conceito construído a partir de diferentes campos do conhecimento que foram legitimando as relações da pedagogia com as práticas culturais cotidianas. (BORTOLAZO, 2020, p. 316).

Segundo o autor, a pedagogia cultural é uma abordagem educacional mais ampla e complexa do que simplesmente combinar a pedagogia com a cultura. Ela não se trata apenas de conectar ou juntar os conceitos de pedagogia e cultura.

Helena, corrobora que:

Cada conceito carrega a sua própria história: é escrito e reescrito, respondendo às transformações sociais, e pode estar associado a vários campos do conhecimento que o criam e validam. Daria para pensar em uma pluralização do significado de cultura e pedagogia ao longo da história do conhecimento. Não se faz objetivo desta pesquisa dar conta de seus diversos significados, mas vale contar que ainda hoje os conceitos estão em transformação: assim, são vivos. (HELENA, 2022, p.80).

Ao me referir a pedagogia cultural, reconheço que a cultura desempenha um papel central no processo de ensino e aprendizagem. As entrevistadas demonstraram compreender, portanto, o fenômeno da violência de maneira complexa, por meio de uma perspectiva cultural. Elas reconheceram que a violência contra a mulher, pedagogicamente, é colocada em prática a partir de fatores culturais, normas sociais, crenças e representações testemunhadas que perpetuam desigualdades de gênero – a inda que as palavras utilizadas fossem outras, ante o artefato “Ciclo”, apontaram para isso. Essa pedagogia presente no “ciclo” corrobora que “a violência contra mulheres é praticada por motivos de gênero e suas definições estão associadas a concepções de poder, força, dominação e coerção [...]” (CUSTODIO; TAVARES, 2021, p.1).

O artefato em questão, considerando o seu aspecto pedagógico, me faz pensar na importância de uma educação crítica e reflexiva para combater a violência contra a mulher. Afinal, o artefato “Ciclo”, como os demais artefatos, pedagogicamente ao “[...]”

corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, constitui-nos como sujeitos – e sujeitos também particulares” (SILVA, 2013, p. 189).

Com os dados levantados sobre o “Ciclo” junto a essas mulheres entrevistadas, a partir da perspectiva teórica desse estudo,

é possível compreender que “outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma ‘pedagogia’, também ensinam alguma coisa”, isto é, os processos pedagógicos não se limitam apenas ao espaço escolar, como a educação formal, mas também a outras instâncias como a família, a instituição religiosa, a internet e a própria mídia (SILVA, 2011, p. 523).

Como professora, sempre que possível, acrescentava em meus planejamentos de aula a prevenção e conscientização sobre a violência contra as mulheres e meninas no mês de março e no mês de agosto. Em 2019 desenvolvi um projeto na Escola Municipal Pedro Paulo de Medeiros, com alunos/as do sexto ao nono ano do ensino fundamental II, com a participação de toda a comunidade escolar. O intuito do projeto foi destacar através de palestras, músicas, textos, vídeos, teatros e danças, a violência que as mulheres vêm sofrendo ao longo dos anos com atitudes, reproduções inférteis e inconcebíveis, que foram enraizadas culturalmente na sociedade.

A lei 11.340/06, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, no seu artigo 8º, diz que a prevenção a violência doméstica e familiar contra a mulher, deve ser trabalhada no ambiente escolar, ou seja, nas instituições de educação formal, espaços educacionais que contribuem para a formação e construção de cidadãos conscientes e com atitudes justas na sociedade.

Neste contexto o artigo abaixo regulamenta ações para a prevenção da violência:

**Art. 8º** A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

**V** - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

**VIII** - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

**IX** - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

Assim sendo, tomando o “Ciclo” como artefato, e ciente do que orienta a legislação, já atuei buscando valorizar o que me esforcei para analisar nessas páginas, tendo em vista que “[...] tais pedagogia e currículo culturais, entre outras coisas, produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser [...]” (SABAT, 2001, p. 9). Explico: planejei as minhas duas aulas da semana para cada turma e fui observar o que eles elas conheciam sobre o artefato do “Ciclo da Violência”, desenvolvido com os/as meus/minhas alunos/as do ensino médio nas aulas do componente curricular “Projeto de Vida”. Estávamos no mês de agosto e fomos motivamos a trabalhar com o tema: Relacionamento abusivo. Ficou a critério de cada professor fazer a sua atividade. Utilizei na primeira turma o quadro e giz e na segunda turma a imagem do artefato “ciclo” projetada no quadro. Apresento os ciclos abaixo:

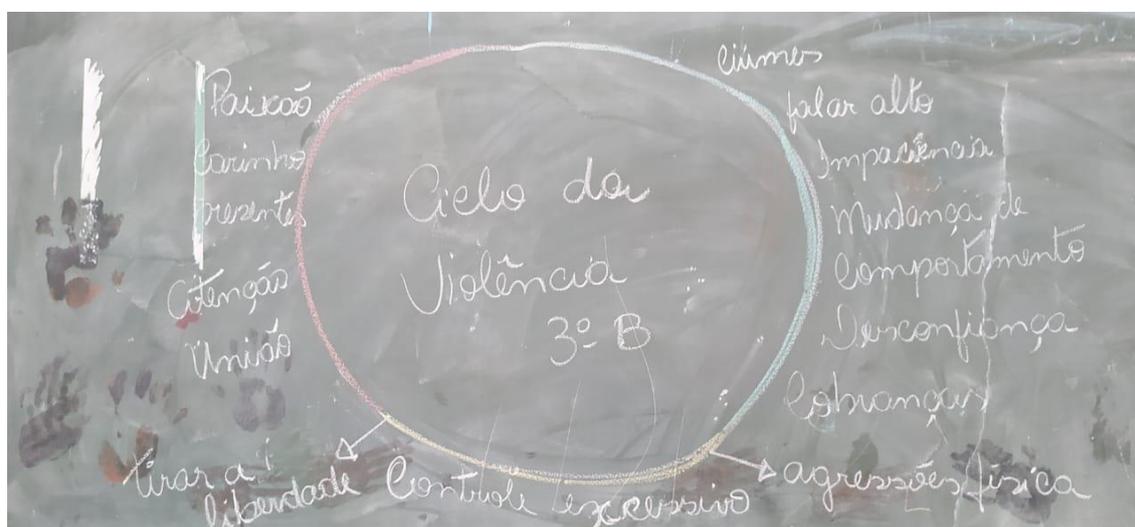


Figura 05. Registro de aula ministrada.

Os estudantes do terceiro ano foram posicionados em uma roda, iniciamos a conversa sobre o que eles entendiam sobre a violência, sobre a violência praticada contra as mulheres. A maioria comentou que violência pode ser física ou verbal, que ambas causam danos na pessoa. Em relação ao artefato “Ciclo de Violência”, desenhou-se um círculo no quadro negro com o giz branco, a maioria dos estudantes já tinham ouvido a falar do artefato e algumas alunas conheciam o “Ciclo”. Comentei que que tínhamos 3 cores de giz, vermelha, amarela e verde, que iríamos construir outro ciclo com essas cores.

Para a cor de giz vermelha, os estudantes colocaram como a primeira fase, a “fase da paixão”, onde tem carinho, presentes, atenção e união. Para a cor de giz verde, a “fase da tensão”, onde começa os ciúmes, falar alto, impaciência, desconfiança e a mudança de

comportamento. Para a cor de giz amarela, nesta fase começa o controle excessivo, tira a liberdade da mulher e ocorrem as agressões físicas. Ao perguntar qual era o critério para a escolha das cores, disseram que o vermelho é a cor do amor, do coração. O verde, porque as pessoas continuam no relacionamento e o amarelo porque é de alerta.

Neste contexto, tratar sobre o tema violência contra a mulher no espaço de educação formal, é “um traço contínuo do campo da educação instituindo investimentos para atuar sobre os vários aspectos da vida dos sujeitos”. (BORTOLAZZO, p. 318). Além disso, assim como apareceu nas entrevistas, quando algumas delas desenharam o “ciclo”, as cores servem como recurso pedagógico para quem está produzindo um artefato “ciclo” a partir da sua compreensão curricular da violência. Sobre o desejo feito pelas entrevistadas, foco mais a frente desse item.

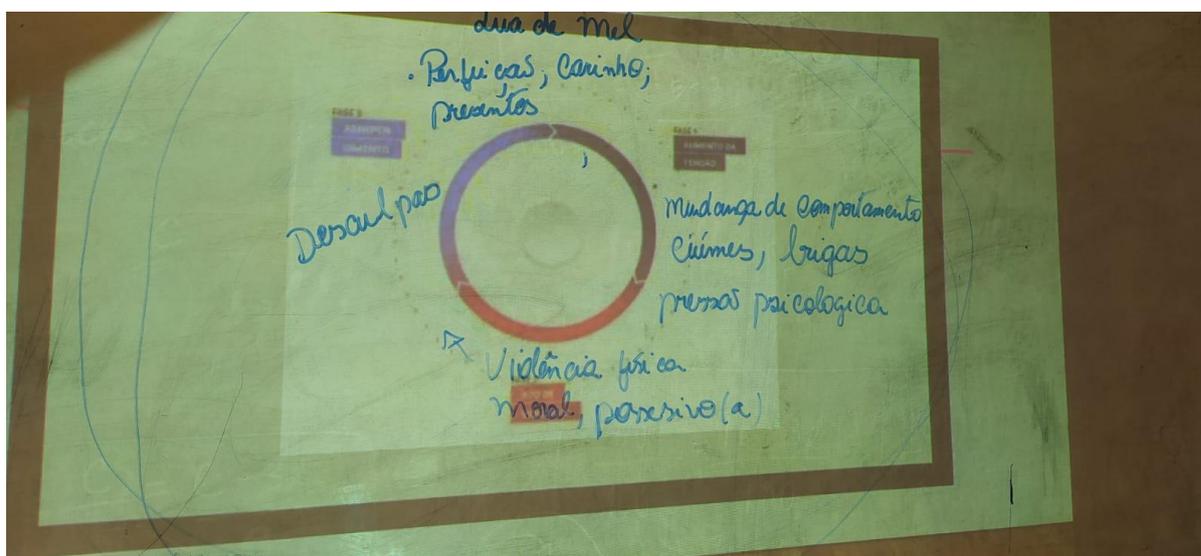


Figura 6. Registro de aula ministrada.

No segundo ano, os estudantes foram posicionados em uma roda, iniciamos a conversa sobre o que eles entendiam sobre a violência, sobre a violência praticada contra as mulheres. Nesta turma, a participação foi maior das meninas. Apresentei o artefato do “Ciclo de Violência” em um projetor, onde já tinha as cores e as fases descritas. A maioria dos estudantes já conheciam o ciclo através de palestras que participaram em outros momentos na escola.

Aproveitando as fases descritas, os estudantes foram completando cada fase. Para a cor de Lilás, os estudantes colocaram como a primeira fase, a “fase Lua de Mel”, onde tudo é perfeito, ganha presentes, muito carinho e também pede desculpas pelas coisas que

fizeram. Para a cor roxa, a “fase da tensão”, onde começa a mudança de comportamento da pessoa, os ciúmes, as brigas e pressão psicológica. Para a cor vermelha, nesta fase começa as agressões físicas e moral, a pessoa se torna possessiva. Desta forma, identifica-se o “Ciclo da Violência contra a mulher”, como um “[...] artefato cultural que promove a produção e a circulação de significados acerca da temática’ [...], mas como uma ferramenta para o ensino[...]” (SILVA, 2011, p. 523).

Voltando aos dados das entrevistas, as percepções das seis interlocutoras sobre o artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher”, retiradas do roteiro, são experiências individuais, variam dependendo da experiência pessoal, do contexto cultural, da educação e da conscientização de cada participante da pesquisa. Isso também ocorreu na escola, conforme os dois relatos que fiz anteriormente. O currículo e a pedagogia cultural desse artefato, como de outros, não pode ser generalizada, descontextualizada das interações que o produz e/ou que o faz circular. Enfatiza-se que algumas das entrevistadas não conheciam o artefato do “Ciclo”, ao perguntar como elas imaginavam que seria, propus que fizessem um desenho na folha de sulfite, três delas aceitaram desenhar conforme figuras abaixo.

Observou-se nos desenhos que apesar de elas dizerem não conhecer o artefato, conseguiram apresentar algumas das fases existente que ocorrem na relação entre casais. No desenho feito pela Joana, 32 anos, ela externa as fases do “Ciclo da violência contra a mulher” e explica:

Para mim é tudo que ela passa em uma relação. No início tudo é delicado e depois começa os ciúmes, xingamentos e as primeiras agressões, e a mulher vai relevando, perdoando, depois só vai piorando as agressões até o ponto daquela situação se torna uma rotina, se torna normal e a mulher vai ficando cada vez mais presa naquela reação. (Transcrição de áudio).

Algumas formas de violência são mais facilmente reconhecidas e condenadas, como a violência física explicitamente, enquanto outras formas mais sutis podem ser normalizadas e, portanto, mais difíceis de serem identificadas ou combatidas. Isso inclui violência psicológica, discriminação, opressão sistêmica e desigualdades sociais, que podem ser tão prejudiciais quanto à violência física.

Vejam na figura 7.

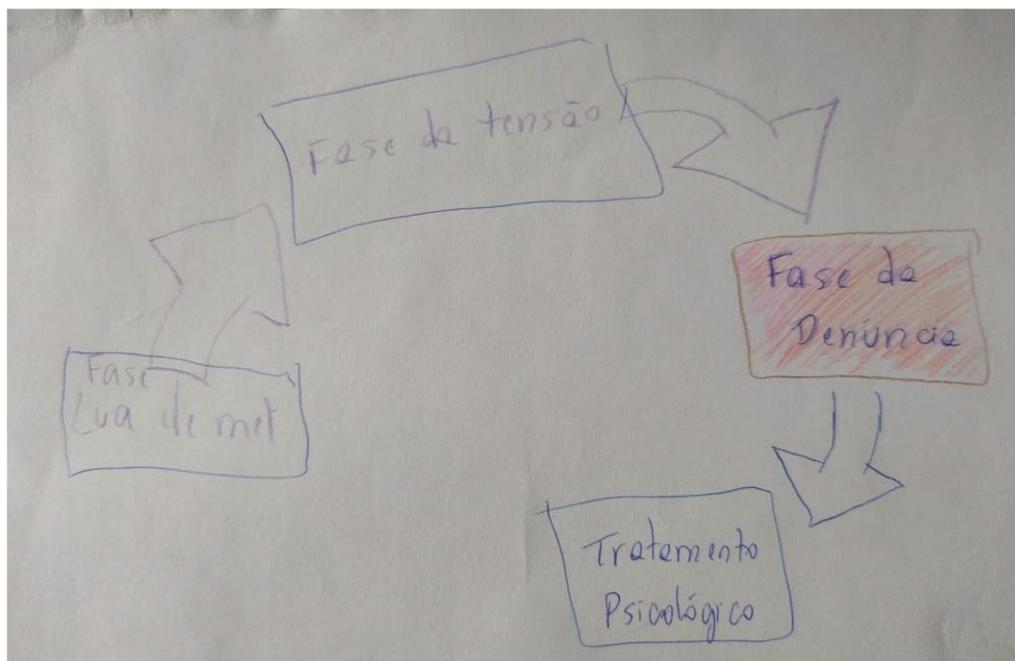


Figura 07: Desenho feito pela Joana, 32 anos  
Fonte: Organizado pela autora 1.

Em seu desenho, Renata, apresenta as fases do “Ciclo da violência contra a mulher” em formas de círculos, pois para ela “[...] o ciclo é um círculo”. Segundo a autora, esse círculo é repassado como normal para a filha, que poderá viver também um relacionamento de violência, vai passando de geração para geração. Fomos conversando e ela fazendo o desenho. No primeiro círculo representado na cor azul, representa o início do relacionamento, segunda ela:

os homens, eles vão observando a gente, percebem se você vai aceitar as atitudes dele, se você é uma pessoa que não vai aceitar isso, ele trata você diferente. (Transcrição de áudio).

Para ela, as mulheres precisariam se impor logo no começo do relacionamento. Sobre as cores ela explica que:

à cor laranja, a cor mais escura essa eu acho que mais para uma violência psicológica. Momento em que vem as crises de ciúmes e distanciamento de amizades. Já a cor roxa representa a: violência física

é lógico que é ruim demais né ninguém quer ficar marcado dói demais. É a fase da tensão do relacionamento. De cor preta: eu acredito assim que dentro da física tem a questão do feminicídio. (Transcrição de áudio).

Para autora, o início do relacionamento as coisas vão acontecendo normalmente, quase não se percebe as atitudes do parceiro pois “[..] pode ser desconhecida e invisível aos olhos da mulher agredida porque considera um comportamento normal e aceitável dentro dos moldes familiares, não sendo percebida como uma agressão” (NOBREGA, et al, 2019, p. 2664). Esta percepção também foi comentada pelas outras entrevistadas.

Vejamos na figura 8.



Figura 08. Desenho feito pela Renata, 40 anos

Fonte: Organizado pela autora 1.

No último desenho, feito pela Francisca, 51 anos, a autora apresenta dois desenhos. O primeiro desenho, é de uma mulher com hematomas pelo rosto e com os olhos escorrendo lágrimas, explicou que:

ela foi violentada, ela foi machucada, ela está chorando porque ela está sentindo dor no coração, quantas dores do corpo pela violência sexual. (Transcrição de áudio).

É a figura de uma mulher que sofreu vários tipos de violência. O desenho me trouxe a lembrança de uma das acolhidas mais delicada que atendemos, pois ela foi mantida em cárcere privado, sofreu violência sexual, psicológica, seu rosto e corpo estavam todos marcados, ela mal conseguia falar sem chorar. Respirei fundo, pedi e continuei a nossa conversa, isso por causa da autora, que continuou a falar sobre o desenho da mulher.

No segundo desenho, a autora apresenta como para ela seria o “Ciclo da violência contra a mulher”, para ela:

tem a fase da lua de mel que faz quando tá tudo bem; tem a fase do o amor das promessas ligação; tem a parte da ameaça, vem o que a agressão física; vem o medo né; vem a parte que ele vai pedir desculpa né, que ele não vai mais fazer aquelas coisas. (Transcrição de áudio).

Coutinho (2020) comenta que a violência no cotidiano é um fenômeno complexo que envolve diversas significações impregnadas de representações testemunhadas, valores e normas sociais que variam de acordo com o contexto e as culturas em que ocorre. É importante entender que a violência não se limita apenas a atos físicos agressivos, mas também pode se manifestar de maneiras psicológicas, emocionais e sociais. Por isso, ao perguntar se gostaria de incluir outras fases ao “Ciclo” ela diz:

eu coloquei Amor, respeito e companheirismo. Esse perdão é ela, quando ele tente né, alguma coisa, ele ver que ele está errado, geralmente é muito raro o homem reconhecer o erro dele, usar a palavra perdão. (Transcrição de áudio).

Aqui coloco o Amor e Respeito um pelo outro né tanto dela quanto dele se não tiver o Amor e Respeito desde o início não vai muito longe começa a desandar tudo aí começa aparecer de agressão xingamentos. O companheirismo tanto dela e dele, a partir do momento que casaram foi tanto ele quanto ela ser fiel na alegria na tristeza na saúde na doença., hoje em dia você não vê mais isso, você casou tem 3 meses 4 meses ou 5 e separa. (Transcrição de áudio).

Considerando as transcrições, Nascimento e Vieira (2009) dizem que essas mulheres expressaram o fato de sempre acreditarem que seus companheiros poderiam melhorar e um dia acabar com a violência. No entanto, como atesta a vida cotidiana, isso raramente acontece. Foi delineado que os participantes da pesquisa dessas autoras viam a ideia da separação como vergonhosa e não reconheciam seu estado civil como desfavorável, trazendo a possibilidade de separação apenas quando a situação se tornava insuportável. A construção social ajuda a dar sentido as questões das diferenças.

Assim,

As identidades culturais são constituídas a partir das diferentes formas como grupos sociais se reconhecem entre si. Ou seja, as identidades culturais não são dadas a priori, não são preexistentes aos sujeitos, elas se constituem no processo de representação de um grupo, sempre em relação a outros grupos, que carregam características diferentes daquele que está sendo representado. A questão das identidades emerge em meio a processos de desigualdade, produzidos a partir de diferenças. Emerge quando grupos sociais não se reconhecem como iguais. Das identidades culturais, importam-me aqui, particularmente, as identidades de gênero e as identidades sexuais. (SABAT, 2001, p. 15).

Neste contexto, Fernandes e Junqueira (2021) acrescentam: se a violência de gênero é resultado de relações de poder desiguais na esfera de gênero, que não são estáticas e fixas, isso também significa considerar situações em que as mulheres podem adotar posturas violentas contra homens, seus filhos e outras mulheres.

Segundo Nobrega *et al.* (2019), a assimetria dos papéis de gênero masculino e feminino na sociedade pode ser observada nas relações conjugais. Dessa forma, o desejo de ter e manter uma família contribui para a subordinação e renúncia de status da mulher. Foi então que a mulher se permitiu ser presa. Quanto ao comportamento sexual entre marido e mulher, as mulheres sendo privadas de autonomia, privadas do direito de tomar decisões, até mesmo sobre o próprio corpo. A relação conjugal caracteriza-se, assim, por uma relação de poder assimétrica em que a mulher se torna vulnerável ao renunciar a si mesma, reforçando as ideias masculinas de masculinidade dominante.

Sobre as cores que acrescentou no desenho do “Ciclo” Francisca diz:

as cores vermelhas paixão, as promessas ainda continuam então vermelho mais claro, marrom escuro aqui já começa é apanhar, preto medo e controle, pode ser tudo preto daqui para. As cores claras começam só com tristeza, desculpa, remorso, tristeza pelas promessas que não cumpre. Lembro que eu já passei por tudo aqui, só que eu não passei pela parte da agressão física, mas eu passei pela lua de mel pelas promessas, pelas ameaças, medo eu nem controlava, explosão da violência, vinha as desculpas, mas fazia tudo de novo. (Transcrição de áudio).

Para Francisca, muitas mulheres passam por essas fases e não reconhecem por um tempo o “Ciclo”.

Vejam na figura 09.

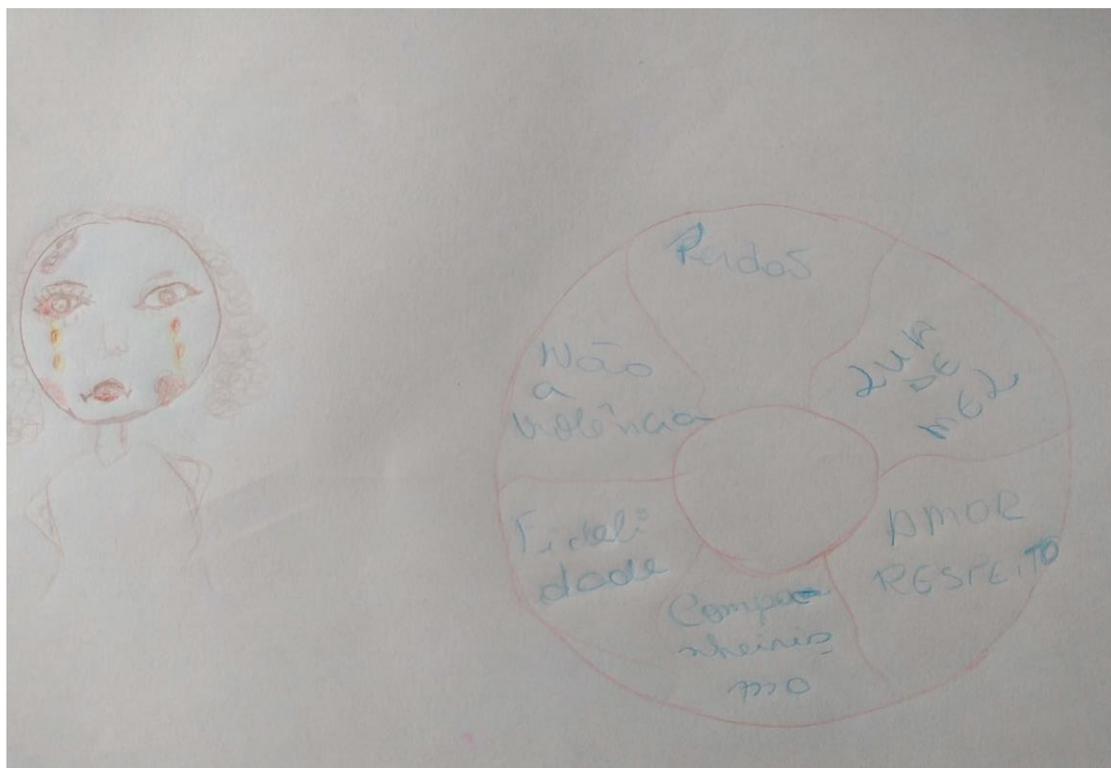


Figura 09: Desenho da Francisca, 51 anos

Fonte: Organizado pela autora 1.

No decorrer das entrevistas das autoras que disseram não conhecer o “Ciclo da violência contra as mulheres”, apresentaram as fases do “Ciclo da violência” narradas com outras palavras, mais citava a fase da lua de mel, a fase da tensão e a fase das agressões físicas e verbais que na maioria dos casos acontecem simultaneamente, pois a “violência pode englobar ações de constrangimento, do uso da superioridade física sobre o outro, de conflitos de autoridade e da busca de poder e domínio” (p. 15).

Os conflitos dentro de uma relação afetiva vão acontecendo em fases. Foi solicitado para as entrevistadas que acrescentassem outras fases ao “Ciclo caso julgassem necessário.

Neste momento notei uma expressão de tristeza e preocupação das entrevistadas que sugeriram incluir a fase do Femicídio, disseram que infelizmente algumas mulheres só conseguem sair do “Ciclo” quando morrem. A Francisca disse que escolheu esse nome fictício, ao lembrar de uma vizinha que já foi várias vezes para o pronto socorro por ter apanhado, sofrido golpes de facada, que parecia que a vizinha não iria aguentar os

ferimentos saindo desfalecida de dentro da sua casa. Hoje ela tem o rosto todo cheio de cicatrizes, dentes quebrados e ainda continua com ele. Francisca espera o dia da notícia que o marido dela conseguiu matá-la.

Lena fala sobre a importância de falar dos homicídios: “vamos lá juntar os estudantes, principalmente as mulheres atendidas. Vamos lá fazer uma ação de lacinho preto” (Transcrição de áudio).

No momento da entrevista com a Bruna, ao mencionar que, infelizmente, algumas mulheres morrem durante o relacionamento e, principalmente, quando termina e a pessoa não concorda, ela recordou do feminicídio da professora Nádia Sol, que repercutiu por toda a região pela gravida do crime. Nesse momento eu tive que conter as minhas emoções, pois conheci e trabalhei com a professora em uma escola do município.

Como o sobrenome dela diz, ela era um sol. Ela e uma outra professora fizeram a minha recepção na escola e foram me auxiliando em tudo que precisava em relação as questões pedagógicas. Por conta da aproximação nos tornamos amigas, e ela até frequentou a minha casa com o ex-namorado que cometeu o crime. Quando começamos o ano letivo de 2019, ele veio comentando que tinha terminado, porque estavam brigando muito. Em uma dessas brigas, quebrou o celular dela, disse que dessa vez ela não iria mais voltar com ele, passaram umas semanas e ela não comentava mais sobre ele.

Entramos no mês de março e começaram os eventos de pré carnaval na cidade, a professora gostava muito de dançar, de ir ao pagode, gostava de sair para se divertir. Lembro bem que uma semana antes do ocorrido, acho que era uma segunda-feira, estávamos comentando sobre o final de semana e ela me disse que o ex-namorado estava ligando querendo conversar, que tinha ido na vila onde morava, mas não deixou ele entrar.

Naquela mesma semana, chegou falando que o pneu do seu carro apareceu todo rasgado e tinha uma faca do lado, ela disse: “*Será que é um aviso que quer me matar?*”. E riu. Eu disse para ela não brincar com isso, eu acho estranho, perigoso, pode ser o seu ex, vai registrar um Boletim de Ocorrências sobre o ocorrido, me ofereci para acompanhá-la até a DAM. Ela me disse: “*vamos quando sairmos da escola*”. Saímos da escola e não fomos, a questioneei e ela disse “*amanhã eu vou*”, e não foi.

Na sexta-feira, antes de irmos embora da escola, combinamos de comemorar o aniversário dela no domingo. No domingo eu acordei com o meu telefone cheio de ligações de duas amigas, pensei que era para falar sobre o almoço que faríamos, mas não era, minha amiga me avisava que ela tinha sido assassinada a facadas pelo ex-namorado. Na hora eu lembrei que ela não tinha ido registrar o B.O. Me senti culpada por não ter

pressionado ela a ir, porque ela não sentia medo dele, não fazia ideia de que ele seria capaz de matá-la, apesar de ter tido algumas vezes atitudes grosseiras com ela, e ter cometido a violência patrimonial, quebrando o seu celular. O assassino foi condenado a 22 anos de prisão em regime fechado.

Apesar de ter trabalhado há 4 anos na rede de atendimento e enfrentamento a violência contra a mulher, foi a primeira pessoa que morreu próxima a mim. Espero que seja a última amiga que deixe de viver pelas mãos de homem que não aceita a separação. Foi assassinada no dia seu aniversário, no mês de março, com várias ações ao Dia Internacional da Mulher. A professora era uma profissional dedicada, querida pelos estudantes, pelos colegas de trabalho, a parceria era garantida nas atividades da escola. Ela tinha muitos planos.

Durante um longo período no Brasil a legítima defesa da honra era um argumento utilizado por juristas para absolver os acusados de matar mulheres. Desse modo, a criação de ações afirmativas específicas para as mulheres, incluindo as leis de proteção e atendimento, as delegacias especiais para atender as vítimas, agregam um fortalecimento nas relações de gênero. (VIGANO; LAFFIN, 2019, p. 15).

No Brasil, a Lei do Feminicídio foi sancionada em 2015 e alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como uma modalidade classificada do crime de homicídio. Segundo a lei, considera-se feminicídio quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou desrespeito à condição de mulher, ou quando há qualquer tipo de violência sexual ou mutilação.

Cumpramos salientar que, em geral, os homicídios praticados contra mulheres, diferente dos homicídios praticados contra homens, ocorrem em ambiente doméstico, onde muitas vezes a vítima já vinha sofrendo calada a violência, que, lamentavelmente, cessa-se com a sua morte. (CUSTÓDIO; TAVARES, 2021, p. 3).

A legislação estabelece penas mais severas para os casos de feminicídio, com a intenção de coibir e punir com mais rigor esse tipo de crime. Além disso, ela também determinou que os casos de feminicídio sejam investigados e julgados com prioridade, a fim de garantir uma resposta mais efetiva do sistema de justiça. Pois,

A medida levada a cabo pelo legislador pátrio — ao projetar uma lei que trouxesse mecanismos de proteção às vítimas (notadamente em relação àquelas em situação de violência doméstica e familiar) — criou, no entanto, aspectos controversos no que tange aos destinatários (beneficiários) das ferramentas protetivas previstas no texto legal, além de estabelecer desigualdades no tratamento do ofendido, relegando ao

desamparo, em muitas ocasiões, vítimas de violência doméstica pelo fato de não se enquadrarem no conceito familiar tradicional desenhado na legislação. (PETEK, 2016, p. 9).

Vale ressaltar que a Lei do Femicídio é específica do Brasil, mas outros países também adotaram legislações semelhantes. O objetivo dessas leis é reconhecer a gravidade do feminicídio como uma manifestação extrema da violência de gênero e promover a conscientização, prevenção e responsabilização por esse tipo de crime.

De acordo com os dados,

O feminicídio representa a forma mais extrema de violência contra a mulher. O termo ganhou evidência a partir da promulgação da Lei n.º 13.104/15, conhecida como Lei do Femicídio, que o definiu como mortes de mulheres motivadas por razões de sexo feminino, em casos em que um homicídio envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação pela condição de mulher. Com isso, o feminicídio passou a ser considerado como circunstância qualificadora do crime de homicídio (alterando o Decreto-Lei n.º 2.848/40 do Código Penal) e foi incluído na lista de crimes hediondos (modificando também a Lei n.º 8.072/90). A Lei é um marco, pois diferenciar um assassinato motivado por questões de gênero produz efeito de justiça social para as mulheres e repercussão na responsabilização do autor. (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 2).

Segundo os autores, o feminicídio é uma categoria de crime que busca reconhecer a dimensão do gênero da violência letal contra as mulheres, ou seja, compreender que as mulheres são alvo de homicídios não apenas por razões pessoais, mas também devido à discriminação e à desigualdade de gênero que persistem na sociedade. A lei visa coibir e punir com mais rigor os crimes de homicídio contra mulheres, especialmente quando motivados por violência doméstica ou familiar.

Pode-se perceber através dos relatos, que as mulheres de modo geral em algum momento sofreu ou conhece alguém que enfrentou ou enfrenta a violência doméstica, tem-se em diversos pontos o entendimento de como elas veem a violência e que muitas nem percebem certas atitudes como violência, e também é notado a importância de uma ampla divulgação, não somente dos ciclos e tipos de violências, como também a quem essa mulher pode e deve recorrer diante da violência doméstica, pois o trabalho de divulgação e conscientização, não chega a todas do mesmo modo. Mostrando nesse ponto a importância no desenvolvimento de políticas públicas que olhem para um contexto heterogêneo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral explorar o currículo e a pedagogia cultural do artefato “Ciclo da Violência contra a Mulher” segundo moradoras da fronteira Brasil-Bolívia. Ela está vinculada à linha de pesquisa “gênero e sexualidades, cultura, educação e saúde”, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS/CPAN. Investiguei o que as moradoras sabiam sobre a violência contra a mulher, qual o entendimento dos cinco tipos de violências tipificados na Lei Maria da Penha e como elas compreendiam as fases do “Ciclo” através das experiências da dinâmica dos relacionamentos entre casais. Cada interlocutora entende a violência contra a mulher como um problema social gravíssimo.

O estudo do artefato "Ciclo da violência contra a mulher" oferece uma análise sobre a complexa dinâmica da violência na relação de casais, isso foi possível ao analisar a interação entre o currículo e a pedagogia cultural. A possibilidade de escutar as mulheres moradoras da fronteira Brasil-Bolívia, assim como de apresentar o “ciclo” às quais não o conheciam, enriqueceu o entendimento das experiências pessoais e culturais das próprias mulheres envolvidas.

O trabalho destaca a importância de considerar os contextos históricos, sociais e culturais ao abordar questões de gênero e violência. Além disso, oferece insights sobre possíveis estratégias educacionais e de sensibilização que podem ser implementadas para interromper o ciclo de violência. A pesquisa também contribui para a literatura acadêmica ao explorar a intersecção entre educação, cultura e direitos das mulheres.

O artefato cultural estudado tem um papel significativo no enfrentamento à violência contra as mulheres, ele possibilitou analisar as relações de poder na sociedade, fornecendo pistas valiosas sobre como as pessoas se envolvem, trabalhavam e, principalmente, como se relacionam afetivamente.

Observei que o “Ciclo da violência contra a Mulher” é um artefato que descreve tipos de comportamentos que podem ocorrer em relacionamentos abusivos. Padrões que foram moldados pela cultura, valores, crenças e experiências individuais e coletivas, influenciando a forma como as pessoas pensam, agem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

Neste contexto, as moradoras entendem que esse “ciclo” pode se repetir várias vezes em um relacionamento abusivo, e a frequência e a intensidade da violência tendem a aumentar ao longo do tempo. Contudo, existem recursos e serviços disponíveis, como

linhas de apoio, abrigos para mulheres, serviços de aconselhamento e proteção legal, que podem auxiliar as vítimas a saírem de relacionamentos abusivos e construir uma vida livre de violência.

Sobre as fases do “Ciclo”, as interlocutoras consideram que elas acontecem de uma mesma forma para muitas mulheres, mas acrescentaram outras fases e cores ao artefato, pois, segundo elas, essas fases também acontecem dentro dos relacionamentos afetivos, e acreditam ser importante no entendimento e compreensão das pessoas, principalmente as mulheres.

As imagens dos “Ciclo” apresentadas na pesquisa, são portadoras de muitos significados, trouxeram reflexões, registraram a existência de outros “Ciclos”, com fases e cores, representações da violência contra a mulher baseadas nas suas experiências.

Em suma, o estudo representa uma nova abordagem do “Ciclo da Violência contra a Mulher” na fronteira Brasil-Bolívia, ressaltando a importância de compreender-se como ocorre as fases de um relacionamento abusivo e assim consequentemente poderemos diminuir o número de meninas vítimas de agressões, principalmente por seus namorados ou companheiros.

Enfim, as entrevistas me permitiram, ainda assim, olhar para mim enquanto mulher, me trouxeram lembranças da minha infância, momentos da minha vida até os dias de hoje, momentos dos quais me vi vivendo em algumas fases do “Ciclo”. Deste lugar posso concordar com as mulheres participantes desta pesquisa sobre as suas percepções frente a violência contra a mulher, sobre a importância de reconhecer, compreender as primeiras atitudes e fases do seu relacionamento.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, MÁRCIA ADRIANA BRASIL. **Violência doméstica e uso de drogas na adolescência: perspectiva de quem vivenciou essa realidade no município de Corumbá/MS**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, p. 151, 2017.

ALBUQUERQUE, Kristine Kelly de. “Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60485, 2020.

AMARAL, Luana Bandeira de Mello. VASCONCELOS, Thiago Brasileiro de. SÁ, Fabiane Elpídio de. SILVA, Andrea Soares Rocha da. MACENA, Raimunda Hermelinda Maia. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2016, vol.24, no.2, p.521-540.

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, e157950, 2017.

ARBOIT, Jaqueline. COSTA, Marta Cocco da. SILVA, Ethel Basto da. COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos. PRESTES, Monique. Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.2, p.506-517, 2018.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, out., 2017.

BANDEIRA, Andreia. VELOZO, Emerson Luís. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, 2019.

BERNARDINO, Ítalo de Macedo. BARBOSA, Kevan Guilherme Nóbrega. NÓBREGAI, Lorena Marques da. CAVALCANTE, Gigliana Maria Sobral. FERREIRA, Efigênia Ferreira e. D’AVILA, Sérgio. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. **Revista Bras Epidemiol**, Campina Grande, 19(4): 740-752, 2016.

BORTOLAZZO, Sandro. Os usos do conceito de pedagogias culturais para além dos oceanos: uma análise do contexto Brasil e Austrália. **Momento: Diálogos em Educação**, [S. l.], Vol. 29, n. 1, p. 315–336, jan./abr., 2020.

BRASIL, Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a Mulher**, Brasília, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2005. Brasília: Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria De Políticas Para As Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASCO, Priscila Jandrey. ANTONI, Clarissa de. Violências Intrafamiliares Experienciadas na Infância em Homens Autores de Violência Conjugal. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, v. 40, e218119, 1-16, 2020.

CARRIJO, Christiane. MARTINS, Paloma Afonso. A Violência Doméstica e Racismo Contra Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31 n. 2, e60721, 2020.

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia; BONIN, Iara Tatiana. Contribuições dos estudos culturais às pesquisas sobre currículo: uma revisão. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 509-541, set./dez., 2016.

COUTINHO, Ana Rita Costa. **Violências contra as mulheres e Judicialização da vida privada: Histórias que a gente não gostaria de saber**. 2020. 204 f. Tese (área doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2020.

CUSTODIO, Matheus Alves. TAVARES, Kecya Nayane Lucena Brasil. Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, e200129, 2021.

DEBERT, Guita Grin. GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero Novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 23 n°. 66, p. 166-185, 2008.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL. Núcleo Institucional de Promoção e defesa dos direitos da mulher-NUDEM, Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul. **Cartilha da Lei Maria da Penha**, Campo Grande/MS. p. 03-15, 2016.

DORNELLES, L. A. A representação nos estudos culturais: artefatos culturais comunicadores de significados. *Webartigos*, 26 aug. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-representacao-nos-estudos-culturais-artefatos-culturaiscomunicadores-de-significados/45698>. Acesso em: 6 maio 2023.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar, Curitiba**, n. 24, p. 213-225, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: Uma Introdução. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 135-155.

FERNANDES, Rafael Lima. JUNQUEIRA, Telma Silva. Homens, gênero e violência contra as mulheres: reflexões sobre sentidos atribuídos às masculinidades. **Revista de Psicologia**, v. 33, n. 2, p. 117-125, maio-ago. 2021.

FERREIRA, Aurelio. Buarque. Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário de língua portuguesa (3a ed., rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

FONSECA, Denire Holanda da. RIBEIRO, Cristiane Galvão. LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e Representações sociais. **Psicologia & Sociedade**. v. 24, n. 2, 307-314, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARBERO, Bibiana Beck. SANTOS, Verônica Bem dos. BEIRAS, Adriano. Caracterização e Reflexões Sobre Femicídios no Estado de Santa Catarina. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 19, p. 01-21, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Ed. Atlas SA, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Cintia Helena Rodriguez. **Violência contra a mulher em região de fronteira Brasil/Bolívia, na cidade Corumbá/MS, aspecto jurídico, cultural e social**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, p. 115, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Subsecretária de Estado de Políticas Públicas para Mulheres. **Mapa do Femicídio**. Mapeamento das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicídios, ocorridas em Mato Grosso do Sul no ano de 2019. v. n. 1, 2020.

HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELENA, Renner de Melo. **Currículo e Pedagogia Cultural no Carnaval de Corumbá/MS: As Baterias das Escolas de Samba e a Produção de Masculinidades**. 2022. 104 f. Dissertação (área de concentração em Educação Social) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Corumbá, 2022.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, v. 2003.

LIMA, Cláudia Araújo de. **Rede de atenção para as mulheres em situação de violência sexual: análise de Campo Grande/Mato Grosso do Sul a partir das representações sociais de seus gestores**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Osvaldo Cruz, 2014.

- LIMA, Gabriela Quadros. **História de vida e escolha Conjugal em Mulheres que sofrem violência doméstica**. 2010. 95 f. dissertação (mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- LINS, Beatriz Accioly. "Mas ele nunca me bateu": Trânsitos Jurídicos e Psicológicos na Construção Judicial da Violência Psicológica. *In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Ciências Sociais*, 44., 2020, canal do *Youtube* da ANPOCS. **Anais [...]**. Eixo Temático: Atores e Instituições Judiciais: Sentidos e Disputas em torno do Direito, p. 1-20.
- LISBOA, Teresa Kleba. ZUCCO, Luciana Patrícia. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2. e86982, 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. *Educação & Realidade*. v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.
- LUCENA Kerle, Dayana Tavares de. DENINGER, Layza de Souza Chaves. COELHO, Hemílio Fernandes Campos. MONTEIRO, Alisson Cleiton Cunha. VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo. NASCIMENTO, João Agnaldo do. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Revista J Hum Growth** v. 26(1): p. 139-146, 2016.
- MAKNAMARA, Marlécio. Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 2, jun. 2020.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MESSIAS, Ewerton Ricardo. CARMO, Valter Moura do. ALMEIDA. Victória Martins de. Femicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28 1, e60946
- MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação. Belo Horizonte: **Mazza Edições**, 2012.
- MIURAL. Paula Orchiucci. SILVA, Ana Caroline dos Santos. PEDROSA. Maria Marques Marinho Peronico. FILHO, Marianne Lemos Costa. José Nilson Nobre. Violência Doméstica ou Violência Intrafamiliar: Análise dos Termos. **Psicologia & Sociedade**, Maceió, v. 30, e179670, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.
- MORAES, Eunice Léa de. SILVA, Lucia Isabel Conceição. Políticas para Mulheres e os Desafios da Institucionalidade. *In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Educação*, 38., 2017, Maranhão. **Anais [...]**. Tema: "Democracia em Risco - a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência". Eixo Temático: Gênero, Sexualidade e Educação, p. 1-16. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT23\\_433.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_433.pdf). Acesso em 11 maio 2021.
- NASCIMENTO, Rosana Oliveira do. VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17(2): 344, 2009.

- NOBREGA, Vannucia Karla de Medeiros. JUNIOR. João Mário Pessoa. NASCIMENTO, Ellany Gurgel Cosme do. MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2659-2666, 2019.
- NOTHAFT Raíssa Jeanine. LISBOA, Teresa Kleba. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 61, e216119, 2021.
- NUNES, Luciana Borre. **Meninas são doces e calmas": um estudo sobre a produção de gênero através da cultura visual**. 2008. 115 f. dissertação (mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- OLIVEIRA, Anderson Eduardo C. de. Políticas Públicas no Combate à Violência de Gênero: A criação de Centros de Educação e Responsabilização para Homens Agressores. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 7., 2011, Bahia. **Anais [...]**. Bahia, 2011 p. 1-15. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT23\\_433.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_433.pdf). Acesso em 11 maio 2021.
- OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- PARAISO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: PARAISO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.) **Pesquisas sobre currículo, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 23-45. 2018.
- PARENTE, Eriza de Oliveira. NASCIMENTO, Rosana Oliveira do. VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 17, (2): 344, 2009.
- PETEK. João Pedro Moscoso. **A Aplicação das Medidas Protetivas de Urgência Previstas na Lei 11.340/2006 em face da nova perspectiva familiar: Uma leitura a partir da Defesa do Princípio da Igualdade e da Dignidade da pessoa da Vítima**. 2016. Dissertação (em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2016.
- PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero** Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- RIBEIRO, William de Goes. Currículo, subjetivação e política da diferença: um diálogo com Homi Bhabha. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 22, n. 3, p. 576-597, set./dez. 2017.
- RAMOS, Maria Eduarda. OLTRAMARI, Leandro Castro. Atividade Reflexiva com Mulheres que Sofreram Violência Doméstica. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2010, v. 30, n. 2, p. 418-427. 2009.

RIBEIRO, William de Goes. Currículo, subjetivação e política da diferença: um diálogo com Homi Bhabha. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 22, n. 3, p. 576-597, 2017.

SÁ, Samantha Dubugras. **Características Sociodemográficas e de Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica**. 2011. 93f. Tese (doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2011.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. I, jul., 2009.

SILVA, Benícia Oliveira da. RIBEIRO, Paula Regina Costa. Sexualidade na sala de aula: Tecendo Aprendizagens a partir de um Artefato Pedagógico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 185-201.

SILVEIRA, R. M. H.; COSTA, M.; SOMMER, L, H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 23, p. 36-61, 2003.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de. PERES, Aida Maris. FUMINCELLI, Lais. LOPES, Vagner José. MERCÊS, Nen NaLú Alves das. WALLL, Marilene Loewen. Percepção das mulheres em situação de violência sobre Apoio Formal: Scoping review. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 25, n.2, 2021.

TAVARES, Fabricio André. **DAS LÁGRIMAS À ESPERANÇA: O Processo de Fortalecimento das Mulheres em Situação de Violência Doméstica**. 2008. f. 235. Dissertação (em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2008.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **Punir, Proteger, Prevenir? A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal**. 2015. 224 f. Tese (doutorado Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2015.

VIGANO, Samira de M. Maia. LAFFIN, Maria Hermínia Lages. Fernandes. Mulheres, Políticas Públicas e Combate À Violência De Gênero. **História (São Paulo)** v.38, e2019054, 2019.